



Diagnóstico e Plano Estratégico Local de Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças e Jovens de **AROUCA**

CNPDPDJ

Praça de Londres n.º2, piso 2
1049-056 Lisboa
www.cnpdpcj.gov.pt

CPCJ Arouca

Gabinete Via Verde Social
Av. 25 de Abril, n.º 22-B
4540-102 Arouca



Índice

1	Introdução	3
2	Procedimento	4
3	Diagnóstico Local.....	6
3.1	Demografia e famílias (indicadores estatísticos família)	6
3.1.1	Enquadramento Territorial – Arouca	6
3.1.2	Emprego	9
4	As crianças e jovens em Arouca	12
4.1	Indicadores de saúde	12
4.1.1	Alimentação	13
4.2	Indicadores de Proteção Social	16
4.2.1	Abono de Família.....	16
4.2.2	Rendimento Social de Inserção.....	16
4.3	Indicadores de educação.....	17
5	Enquadramento Institucional.....	30
	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arouca (CPCJ de Arouca)	30
5.1	Organização da CPCJ de Arouca	33
6	Crianças e jovens com medida de acolhimento residencial nas IPSS's de Arouca	42
7	As crianças e o direito à participação.....	46
8	Parentalidade positiva.....	47
9	Apresentação dos resultados.....	49
9.1	Questionário Crianças e Jovens.....	49
9.2	Questionário – Pais	54
9.3	Questionário às Entidades com competência em Matéria de Infância e Juventude..	57
10	Plano de ação 2023 a 2025	59
11	Conclusão	65
12	Índice de Ilustrações.....	66
13	Bibliografia	69



1 Introdução

O Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Arouca (PLPPDCJ) foi realizado no âmbito do Projeto Adélia promovido pela comissão nacional de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens e permitiu-nos a concretização de um diagnóstico abrangente e holístico de todas as informações, dados e atividades realizadas no nosso concelho para crianças e jovens. Assim, foi possível conceber um plano de ação com o período temporal de 3 anos que permite trabalhar necessidades identificadas e criar respostas inexistentes.

Este trabalho permitiu à CPCJ, às entidades com competências em matéria de infância e juventude e às crianças e jovens refletir acerca das nossas fragilidades e potencialidades enquanto Município promotor dos direitos das crianças e jovens, aperfeiçoando e consolidando o trabalho já realizado.



2 Procedimento

Para a elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ) foram realizadas diferentes etapas.

A primeira etapa consistiu na elaboração do diagnóstico local do concelho de Arouca, nomeadamente o enquadramento territorial, os dados demográficos, familiares, situação de desemprego, saúde, educação, segurança e proteção, entre outros, que possam contribuir para um desenvolvimento integral e saudável das nossas crianças.

Na segunda etapa realizou-se um autodiagnóstico da CPCJ de Arouca, com a colaboração de todos os elementos, onde se salientaram vários pontos positivos e negativos. Através desta recolha de dados foi possível realizar uma análise SWOT desta entidade.

Seguiu-se o aprofundamento das temáticas da saúde, educação, proteção e participação das crianças e jovens, com um levantamento dos diferentes órgãos e projetos existentes em Arouca e recolha de dados.

Aplicaram-se questionários do modelo proposto pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens às crianças e jovens, aos pais e às instituições de Arouca, destacando-se as questões mais relevantes e fazendo-se uma síntese dos problemas e das potencialidades identificadas.

Para aplicação dos questionários foram utilizadas metodologias distintas conforme o grupo alvo: crianças e jovens, famílias e instituições.

Relativamente às crianças e jovens dos dois agrupamentos de escolas do concelho, os questionários foram divididos em duas faixas etárias 6-12 anos (36 respondentes) e 13-18 anos (77 respondentes). Para tal tivemos a colaboração dos professores na explicação e esclarecimento de dúvidas que foram surgindo.

O segundo questionário foi aplicado a pais com filhos até aos 18 anos de idade, online, via *google forms*. Responderam a este questionário 164 pais.



Por último foram aplicados os questionários às entidades com matéria de infância e juventude, sendo que obtivemos um total de 38 respostas.

Finalmente elaborou-se um Plano de Ação a desenvolver ao longo de três anos de acordo com as necessidades identificadas, sendo um documento dinâmico e que pretende retroalimentar a prática.

3 Diagnóstico Local

3.1 Demografia e famílias (indicadores estatísticos família)

3.1.1 Enquadramento Territorial – Arouca

O território nacional português está dividido em 308 municípios e 3.092 freguesias (Anuário Estatístico, 2018 p.12,) sendo o concelho de Arouca um município que pertence ao distrito de Aveiro, e está inserido na Área Metropolitana do Porto (AMP). Integrava a antiga NUT III de Entre Douro e Vouga (EDV), da Região do Norte de Portugal, juntamente com os concelhos de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e São João da Madeira. Fazem ainda fronteira com o seu território os municípios de S. Pedro do Sul, Castro Daire, Cinfães, Castelo de Paiva e Gondomar.

Arouca possui uma área total de aproximadamente 329,11 km² e divide-se em 16 freguesias nas quais residem cerca de 21.154 habitantes (Censos 2021).



Figura 1- Mapa de Enquadramento Geográfico do Concelho de Arouca¹



Arouca, após ter atingido um máximo populacional em 2001, tem vindo a perder população desde então, sendo que em 2013, segundo os dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística, tinha cerca de 21.751 habitantes (10.438 homens e 11.313 mulheres). Este número de habitantes distribuía-se da seguinte forma: 3.181 habitantes entre os 0-14 anos; 2.533 indivíduos entre os 15-24 anos; 12.039 residentes entre os 25-64 anos e 3.998 indivíduos entre os 65 e mais anos.

Analisando esta distribuição da população por grupos etários, esta acompanha a tendência nacional, sendo que a população jovem do Município de Arouca tem vindo a diminuir, em contraste com as classes etárias superiores, que têm vindo a aumentar. Neste contexto, na taxa de natalidade, embora insuficiente, verificou-se um aumento da mesma para 7,9‰ e os valores da taxa de mortalidade oscilam anualmente em torno de uma média global de 9,5‰. Se o saldo natural já é negativo, a mobilidade da população jovem e dos adultos jovens ativos para as cidades das Áreas Metropolitanas, associadas à emigração, acentuam a diminuição da população do concelho.

Tendo em conta a informação recolhida nos censos de 2021, a população deste município representava 1,2% da população da AMP. Ao nível das freguesias, verificava-se que a União de Freguesias de Arouca e Burgo é a que apresentava maior peso, com 24,2% da população residente do Município (5.122 habitantes de 21.154). Por sua vez, a União de Freguesias de Covelo de Paivô e Janarde é a que apresenta menor percentagem populacional no município com 0,9% (170 habitantes de 21.154 habitantes).

	2010		2019		2021	
	Arouca	Portugal	Arouca	Portugal	Arouca	Portugal
População residente	22 505	10 573 100	20 791	10 286 263	21 154	10 344 802
Densidade populacional (pessoas/km ²)	68,4	114,7	63,2	111,5	-	-
Jovens (%) – menos de 15 anos	15,6	15,2	12,8	13,6	-	-
População ativa (%) – 15 aos 64 anos	66,8	66,3	65,8	64,4	-	-
Idosos (%) – 65 e mais anos	17,6	18,5	21,3	22	-	-
Índice de envelhecimento – idosos/100jovens	113	122	166	161	-	-
População estrangeira	88	443 055	123	588 976	-	-
Nascimentos	206	101 381	129	86 579	-	-
Óbitos	217	105 954	223	111 793	-	-
Casamentos	108	39 993	50	33 272	-	-

Tabela 1 – Evolução dos dados demográficos em Arouca e Portugal¹

No âmbito do EDV, Arouca é o município que tem um menor número de famílias, no entanto, entre 2001 e 2011, registou-se um aumento de 3,98%, destacando-se neste aumento as freguesias de Várzea (15,82%) e a União de Freguesias de Arouca e Burgo (12,12%). A freguesia de São Miguel do Mato foi a que registou a maior perda no nº de famílias (-15,35%). Tendo em conta este cenário, juntamente com a diminuição da população, constata-se que, embora haja mais famílias, essas são constituídas por menos elementos. Paralelamente houve um movimento de concentração e consolidação das populações das freguesias do vale no eixo Arouca-Rossas e nas freguesias de Escariz e Fermedo.

¹ Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Arouca 2021-2024



3.1.2 Emprego

Analisando a situação do concelho de Arouca no que diz respeito à evolução do número de pessoas desempregadas, pode-se verificar um aumento continuado (não linear) que terá atingido o seu máximo em finais de 2013 (1.147 desempregados). Desde então, tem-se assistido a uma redução gradual, que se afigura mais consistente a partir do início de 2016. Em 2017, os valores mensais registados até outubro situam-se a sua totalidade abaixo de metade dos valores absolutos registados em 2013. No final do ano de 2020 contava-se com 616 pessoas desempregadas no concelho de Arouca. Já no ano de 2021, no final do mês de dezembro, registava-se um total de 502 pessoas desempregadas, sendo 189 do género masculino e 313 do género feminino. Destas 502 pessoas, 258 encontram-se inscritas há um ano ou mais. Se atendermos à situação face ao emprego, apenas 34 pessoas procuram o “1º emprego”, enquanto as restantes 468 procuram “novo emprego”.

Em relação ao grupo etário, contava-se com 65 pessoas com menos de 25 anos, 75 pessoas entre os 25 e os 34 anos, 178 pessoas entre os 35-54 anos e 184 pessoas com 55 e mais de 55 anos.

Já no que toca aos níveis de escolaridade, das 502 pessoas em situação de desemprego, 22 não tinham o 1º ciclo do Ensino Básico completo, 113 tinham o 1º ciclo do Ensino Básico completo, 75 tinham o 2º ciclo do Ensino Básico, 90 o 3º ciclo do Ensino Básico, 139 tinham o nível de escolaridade secundário completo e 63 apresentavam nível de escolaridade de ensino superior.

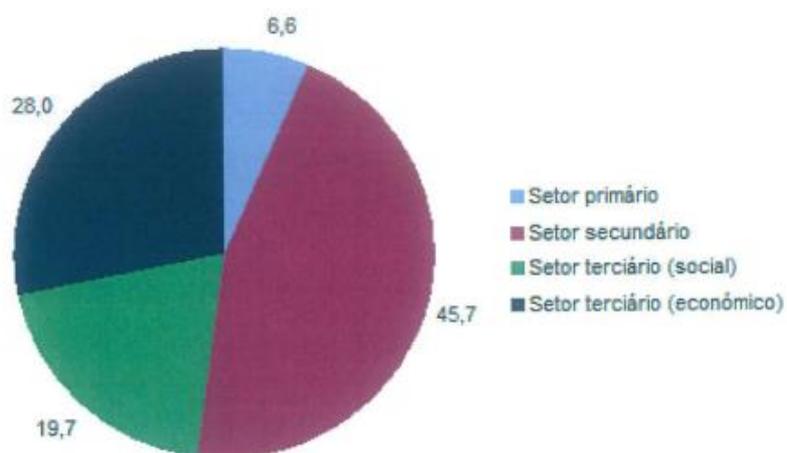
Situação de desemprego no concelho de Arouca:

Nº total de desempregados	502					
	Homem		Mulher			
Género	189		313			
	< 1 ano		1 ano e +			
Tempo de inscrição	244		258			
	1º emprego		Novo emprego			
Situação face à procura de emprego	34		468			
	< 25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 anos e +		
Grupo etário	65	75	178	184		
	< 1º ciclo EB	1º ciclo EB	2º ciclo EB	3º ciclo EB	Secundário	Superior
Nível de escolaridade	22	113	75	90	139	63

Figura 2 - Situação de desemprego em Arouca em 2021²

Analisando a população empregada por setores de atividade, no período de 2001 e 2011, verifica-se que o setor primário registou uma redução, passando de 6,6% em 2001, para 1,7% em 2011, assim como o setor secundário que passou de 51% para 45,7% de 2001 para 2011. O setor terciário foi o único que ganhou população empregada, destacando-se a empregabilidade no setor social, do turismo e restauração e de outros serviços ligados a esta fileira.

² Fonte: Site do IEFP



³ Figura 3 - População empregada no concelho de Arouca, por setor de atividade

³ Fonte: Relatório do Estado do Ordenamento do Território 2013-2017

4 As crianças e jovens em Arouca

4.1 Indicadores de saúde

No que concerne ao setor da saúde, o concelho de Arouca está dotado com um Centro de Saúde público, um hospital privado (Hospital de Santa Casa da Misericórdia de Arouca) e várias clínicas privadas, especialmente localizados na União de Freguesias de Arouca e Burgo, e ainda com quatro extensões de saúde públicas, localizadas nas freguesias de Alvarenga, Chave, Escariz e Rossas.

A população residente em Arouca é de 21154 indivíduos, de acordo com os Censos 2021, sendo a percentagem de jovens com menos de 15 anos de 12.7%. Verifica-se um decréscimo de 2.8% comparativamente aos Censos 2011 e de mais de 5% em relação a 2001.

Nas Unidades de Saúde de Arouca (USF Escariz, USF Novo Norte, USF Arouca) estão inscritos utentes residentes em Arouca e nas freguesias vizinhas dos concelhos de Vale de Cambra e Santa Maria da Feira. Assim, o número de utentes inscritos nas Unidades de Saúde de Arouca é de 23040 sendo 3983 utentes com menos de 19 anos. Em 2021, dos utentes com menos de 19 anos inscritos, 67.5% tiveram consulta na sua Unidade de Saúde.

A proporção de crianças com 7 anos, com consulta de vigilância médica e Plano Nacional de Vacinação cumprido é superior a 99% e a proporção de jovens de 14 anos com consulta de vigilância médica e Plano Nacional de Vacinação cumprido é de 86%. Dos 3983 utentes inscritos com menos de 19 anos, 72% apresentam pelo menos um problema de saúde ativo, classificado de acordo com a Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários (ICPC). A maioria dos problemas de saúde na população com menos de 19 anos são referentes a doença aguda ou vigilância de saúde.

É relevante referir que dos utentes com pelo menos 1 diagnóstico ativo, 21.6% são de componente psicológica, em maior número as dificuldades específicas de aprendizagem e a perturbação hipercinética.

É também de referir que 14% dos utentes apresentam diagnóstico de excesso de peso ou obesidade.



A taxa de adesão ao Rastreio de Saúde Visual Infantil (2 e 4 anos) é de 99% e 16% das crianças apresentam resultado positivo, sendo encaminhados para consulta hospitalar.

A taxa de adesão ao cheque-dentista (7, 10 e 13 anos) é de 80%.

4.1.1 Alimentação

No âmbito do projeto “**ser mais criança**” foi efetuado um rastreio do estado nutricional das crianças e jovens no ano de 2018/2019, (n=397) a percentagem de crianças com excesso de peso no concelho era elevada (37,8%). Quando comparada a classificação nutricional (o verdadeiro estado nutricional da criança) com a autoperceção da imagem real (a imagem com a qual a criança se vê) e com a autoperceção da imagem ideal (a imagem que a criança gostaria de ter), é notável uma distorção da imagem corporal por parte das crianças.

Em relação aos hábitos saudáveis, apenas 19,4% das crianças cumpria as recomendações de ingestão diária de água, e 67,5% das crianças cumpria as recomendações de horas de sono por noite.

No que respeita à caracterização dos lanches, tanto no lanche da manhã como no da tarde, há uma grande ingestão de alimentos com elevado teor de açúcar, sal e gorduras, comparando com a ingestão de frutas (lanche da manhã: 71 das 82 crianças; lanche da tarde: 57 das 97 crianças).

Neste âmbito da nutrição, foram implementados em Arouca diversos planos:

- Estudo de prevalência da obesidade infantil no concelho de Arouca- 2º/3º ciclo: Ano letivo 2018/2019- 5º e 6º ano; 2019-2020-6º e 7º ano; Desenvolvimento do rastreio, jogo de literacia em saúde e tertúlias de nutrição; Em Arouca e Escariz;
- Ação cantinas *geofood* (escola de Serra da Vila) - Elaboração de ementas; Preparação do momento da refeição para incentivar a aceitação dos alimentos diversificados; Desenvolvimento de atividades;



- Ação Fruta nas escolas (Alvarenga, Canelas, Serra da Vila, Moldes, Ponte de Telhe) - Distribuição de fruta escolar 2 vezes por semana; Objetivo: Melhorar os hábitos alimentares e principalmente os lanches escolares; Promover o consumo de fruta local e sazonal;
- Ação da ementa para o prato: Realização de ementas e fichas técnicas; Supervisão de todos os refeitórios do concelho;
- Ação cantina +- Promover os bons hábitos alimentares e sensibilizar para as boas práticas de higiene e qualidade alimentar; promover a educação alimentar; abordar regras de comunicação e estratégias para gestão de comportamentos;
- Festejos do dia mundial da alimentação;
- Ação jogo dos superpoderes – Literacia em saúde (hábitos saudáveis, alimentação, exercício físico e sono) feito em todas as escolas do 1º ciclo;
- Ações de formação com encarregados de educação;
- Formações sobre temas pontuais de nutrição nas escolas.

Em 2016 realizou-se um estudo, denominado “A adolescência no Concelho de Arouca - Jovens Hoje: Que desafios?”, cujo objetivo principal consistia em tentar perceber as características da população adolescente no que se refere ao consumo de drogas e álcool, hábitos tabágicos e participação dos pais na vida escolar. A amostra foi de um total de 947 inquiridos, todos eles alunos das Escolas de Arouca e de Escariz.

Verificou-se que existia uma percentagem de jovens a consumir de forma significativa cannabis (31 jovens, 9 do sexo feminino e 22 do sexo masculino), no entanto, quando comparado com a média nacional, o consumo é residual (3,3% dos jovens). A idade mais incidente para o início de consumo são os 14 anos. Todos os jovens, de forma geral, consideram que todas as drogas ilícitas são de difícil acesso, sendo a mais fácil de obter a cannabis. Os jovens que consomem drogas ilícitas caracterizam-se por relações sociais instáveis (a maioria afirma ter perdido/mudado de

amigos e pararam de fazer desporto ou alguma atividade), tiveram problemas com a polícia, dizem ter passado por problemas económicos, afirmam que os pais nunca abordam o assunto das drogas e riscos associados e apresentam baixa autoestima.

Já no que diz respeito ao consumo de álcool, 59,1% dos jovens afirmou nunca ter bebido e a média de idades do consumo da primeira bebida alcoólica é aos 13 anos de idade. A diferença no consumo quanto ao género é inexistente e o início do consumo é precoce. A influência grupal é visível no consumo de álcool, o acesso ao mesmo é considerado fácil e existe uma atitude positiva dos pais face ao consumo.

No consumo de tabaco é praticamente inexistente uma diferença a nível de género, há um início precoce e é também visível a influência dos pais. 71,9% dos jovens afirmam nunca ter fumado e 26,6% afirmam já ter experimentado.

Já a nível familiar, é notória a falta de participação dos pais na vida escolar e extraescolar dos filhos, assim com a falta de conhecimento sobre os riscos de consumo e desconforto em abordar a temática. O estilo de comunicação parental baseia-se em regras e formalidades, existindo assuntos que não fazem parte das interações no meio familiar por serem “difíceis” de abordar, nomeadamente os comportamentos sexuais.

Ao nível de problemas e situações que vivenciaram nos 6 meses anteriores, verifica-se uma perda/mudança de amigos, considerada normal pelos jovens e a paragem de realização de uma atividade física ou de outra atividade que está associada à falta de tempo. Os jovens afirmam ainda ter pouco dinheiro e problemas familiares. Outra das questões que mais enfoque tem é o facto de 72 jovens se arrependem de terem tido uma relação sexual e de 39 jovens afirmarem ter contraído uma infeção sexualmente transmitida.

A nível emocional existem questões de baixa autoestima e de autoconceito para mais de ¼ dos jovens e estes apresentam um maior grau de confiança nos médicos e professores e um menor grau de confiança nos tribunais.

4.2 Indicadores de Proteção Social

4.2.1 Abono de Família

No âmbito do direito à proteção social, importa referir algumas respostas/apoios, nomeadamente o abono de família para crianças e jovens atribuído pela segurança social, sendo de realçar que houve uma diminuição gradual dos beneficiários deste apoio no Concelho de Arouca desde 2016.

Territórios						
Anos	2016	2017	2018	2019	2020	
Arouca	3.311	3.203	3.159	3.082	2.999	2.862

Figura 4 N° de beneficiários do abono de família²³

4.2.2 Rendimento Social de Inserção

Em relação a crianças/jovens integrados em agregados beneficiários de Rendimento Social de Inserção, existe apenas uma criança na faixa etária dos 0-5 anos e 24 crianças na faixa etária dos 6-18 anos de idade.

4.3 Indicadores de educação



Figura 5 - Distribuição das freguesias/união de freguesias do concelho de Arouca pelos Agrupamentos Escolares⁴

Relativamente aos equipamentos e serviços de educação, em Arouca existem dois Agrupamentos de Escolas, um deles localizado no centro de Arouca, na União de Freguesias de Arouca e Burgo e o outro na periferia do concelho, na freguesia de Escariz.

Nos últimos anos tem-se verificado no concelho de Arouca uma redução do número de estabelecimentos de Escola Básica de 1º ciclo (EB1), quer por a escola não assegurar o número mínimo de alunos definidos por lei (21 alunos) quer pela construção de polos escolares, no âmbito do programa nacional de reordenamento da rede escolar do 1º ciclo, que levou à transferência dos alunos das EB1 para novos estabelecimentos de

⁴ Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Arouca 2021-2024

ensino. Assim, o Agrupamento de Escolas de Arouca é constituído por seis polos escolares com pré-escolar e 1º ciclo e por duas EB1. Por sua vez, o Agrupamento de Escolas de Escariz é constituído por três polos escolares com pré-escolar e 1º ciclo, por uma EB1 e um Jardim de Infância.

No concelho de Arouca, atualmente, existem seis creches, todas propriedades de entidades da rede social (IPSS). Três são localizadas na união de freguesias de Arouca e Burgo, uma em Alvarenga, uma em Mansores e uma em Escariz, Fervedo e Mato. No total, as creches têm capacidade para 267 crianças. Existem também duas instituições com a valência de lar de infância e juventude, para dar resposta ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, com base na aplicação de Medidas de Promoção e Protecção, resposta esta gerida pela Segurança Social servindo todo o país. As duas instituições estão sediadas na União de Freguesias de Arouca e Burgo. Uma delas destina-se apenas para crianças e jovens do sexo feminino e a outra para crianças e jovens do sexo masculino.

Em 2020, nas escolas do município de Arouca, havia 3.110 alunos inscritos no ensino pré-escolar, básico e secundário, menos 1.620 do que em 2009 e menos 149 do que em 2019, como podemos ver no seguinte gráfico:

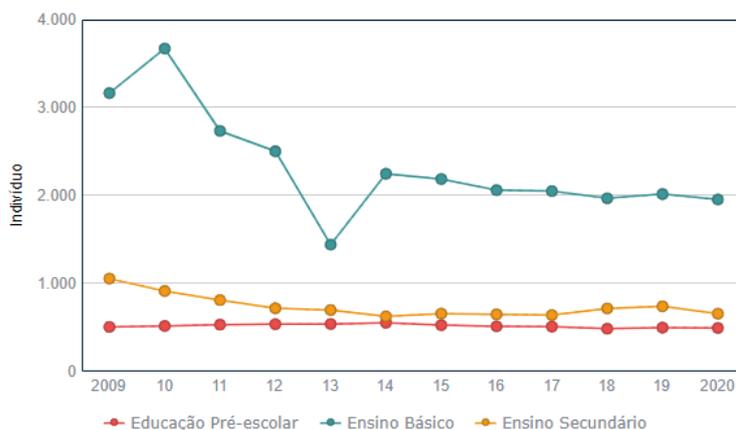


Gráfico 1 - Alunos inscritos no ensino pré-escolar, básico e secundário em Arouca⁵

⁵ Fonte: Relatório Regional – PISA para as Escolas 2019/2020



O estudo “A adolescência no Concelho de Arouca - Jovens Hoje: Que desafios?” (2016), referido já na secção anterior, mostrou também algumas conclusões acerca da perceção dos jovens sobre a escola, sendo que 49,4% dos jovens nunca ou apenas às vezes gosta de estar na escola, sendo visível uma insatisfação com a vida escolar. Os jovens projetam ainda a responsabilidade pelo insucesso escolar na própria escola e não em fatores endógenos. O *bullying*, sobretudo o psicológico, é também um tópico com números significativos, sendo que 37% dos respondentes referem que nunca se sentem seguros na escola ou só se sentem seguros às vezes. Quanto ao futuro escolar, 63,9% dos jovens deseja continuar a estudar e 57,4% ingressar na universidade.

Segundo o relatório regional – “Pisa para as Escolas”, podemos destacar outras informações relevantes no que concerne à educação no concelho de Arouca. Neste relatório foram avaliados 91 alunos com uma média de idades de 15,76, 58% do género feminino e 42% do género masculino.

Em relação ao desempenho dos alunos, também segundo o Relatório Pisa, os de Arouca apresentam valores de desempenho em relação à leitura, matemática e ciências, um pouco mais baixas do que os da média de Portugal e da OCDE, mas compatíveis com os valores médios globais das escolas dos municípios com índices de desenvolvimento sócio económico idêntico aos de Arouca.

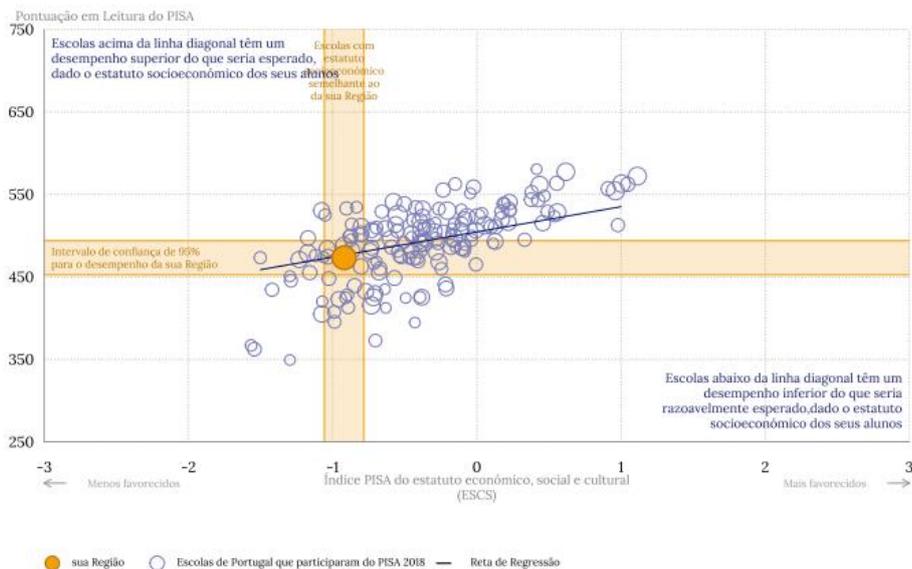


Gráfico 2 – Resultados de Arouca, em leitura, em comparação com as escolas do país do PISA, 2018

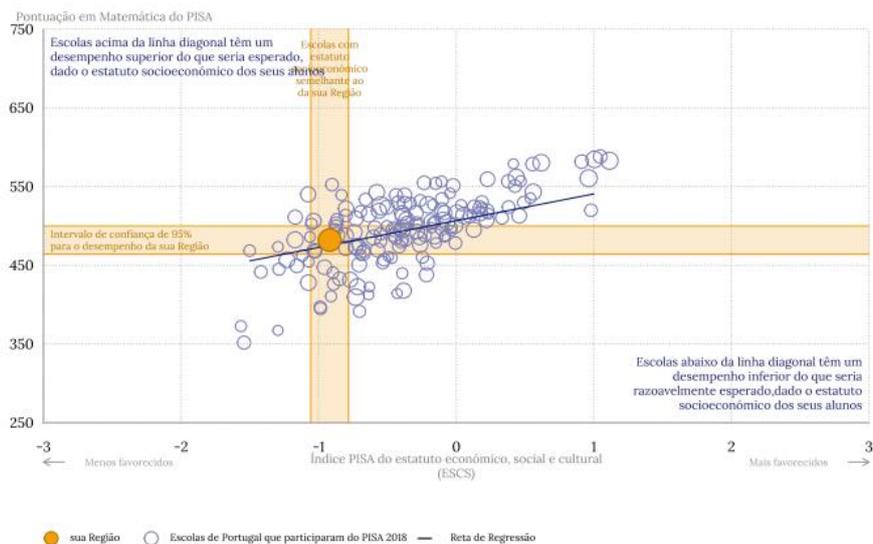


Gráfico 3 - Resultados de Arouca, em matemática, em comparação com as escolas do país do PISA, 2018

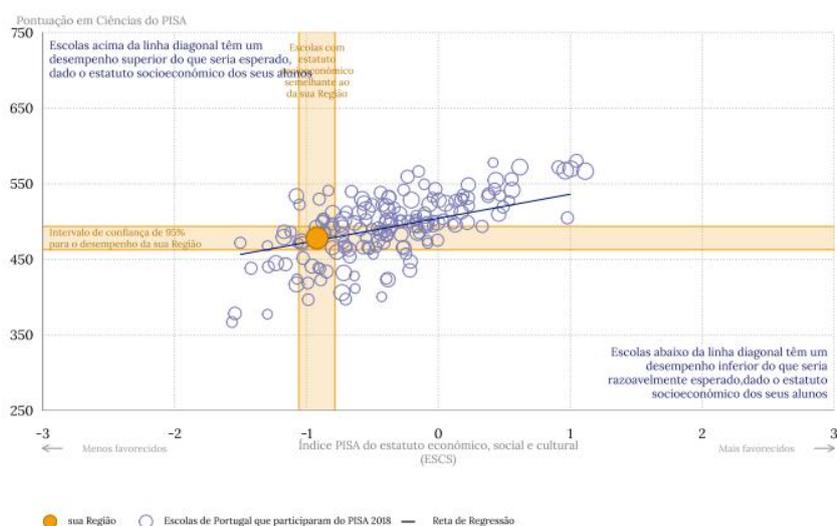


Gráfico 4 - Resultados de Arouca, em ciências, em comparação com as escolas do país do PISA, 2018

Verifica-se ainda que globalmente são filhos de pais maioritariamente com escolaridade até ao fim do ensino básico (55%) sendo que 26% não concluiu este nível de ensino. Assim, parece-nos que tais factos comprometem a valorização da escola como meio para contribuir para a ascensão social e a obtenção de melhores empregos, com melhores salários.

Os Agrupamentos de escolas, conhecedores desta realidade, apontaram nos Projetos Educativos tais situações e ações para tentar dar a melhor resposta possível às mesmas. Têm também em atenção os resultados dos relatórios PISA para prosseguir no combate à retenção/absentismo/abandono e à melhoria dos níveis de escolaridade dos alunos, ferramenta essencial para a obtenção de empregos mais qualificados.

	Ensino Básico (9ºano)	Ensino secundário (12ºano)
Portugal	5,5	22,6
Norte	4,1	18,5
Área Metropolitana do Porto	5,1	18,8
Arouca	6,7	28,4

Tabela 2 – Taxas de retenção e desistência em 2019 (%)⁶

“Os DL n.º 54 e 55/2018 propõem uma nova realidade educativa que estabelece como uma das prioridades a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Este novo quadro exige que a escola assuma novos princípios e compromissos que considerem a totalidade dos alunos, o respeito pelos diferentes estilos, capacidades e ritmos de aprendizagem, a diversidade de interesses, motivações e expectativas. Assim, o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Arouca [PEA], elaborado em conformidade com o artigo 9º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, consagra a orientação educativa, os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento se propõe cumprir a sua função educativa. Este documento estratégico, que projeta a ação educativa do Agrupamento para o próximo triénio, tem, ainda, como referência o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória [PASEO], as Aprendizagens Essenciais [AE], a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania [ENEC] e os perfis profissionais/referenciais de competência e pretende ser representativo dos anseios da comunidade educativa e um espaço de aprendizagem inclusivo e de sucesso académico para todos os que a frequentam.”

⁶ Fonte: Dados PORDATA



Assim, com base no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Arouca implementaram-se alguns projetos tais como: **Explika** (explicações gratuitas para todos os estudantes da ESA); **Gabinete de Apoio ao Aluno e Família** (que pretende dotar as crianças e os jovens de competências, atitudes e valores que os ajudem a crescer de forma mais feliz); **A Voz dos Alunos** (realização de uma Assembleia de turma mensal); **Jovens Líderes** (com o intuito de desenvolver as capacidades de liderança dos jovens); **Escola Embaixadora do Parlamento Europeu; Programas Erasmus +; Escola Solidária; INFOPOINT Europa** (um espaço virtual onde se podem encontrar publicações, curiosidades, notícias e informação diversa e atualizada sobre o espaço europeu, bem como a divulgação de atividades de âmbito local, nacional ou internacional); **Plano Nacional das Artes; Clube de Artes; Programa de Educação Estética e Artística** (promoção de estratégias que valorizam a arte como forma de conhecimento); **Plano Nacional de Cinema; Eco-Escolas** (visa garantir a participação das crianças e jovens na tomada de decisões, promover uma cidadania responsável e contribuir para uma escola e uma comunidade mais sustentáveis); **PES** (Promoção e Educação para a Saúde); **Desporto Escolar; Oficina da Ciência** (visa desenvolver projetos de qualidade científica); **Clube de Ciência e Arte; Clube de Robótica; Sons do AEA; Projeto IPRO** (um projeto de promoção do ensino da programação) e diferentes projetos ligados às línguas, tais como o **Clube de Línguas, o Projeto de Promoção da Educação Plurilingue na Escola** e o **BIL**.

O Cap@ctar Famílias é uma ação dirigida a agregados familiares em situação de necessidade de apoio social específico por razões de fragilidade diversas e/ou risco de exclusão, com vista a promover a mobilidade social no universo dos alunos provenientes de contextos socioeconómicos desfavorecidos. Esta ação está integrada num projeto de prevenção do abandono e insucesso escolar do Agrupamento de Escolas de Arouca.

Uma outra ação de Capacitação em Literacia Digital, dirigidas a Pais e Encarregados de Educação com poucas competências digitais, identificados pelo NAF, com vista a facilitar o acompanhamento dos seus educandos durante momentos de E@D e a comunicação com a escola.



Existindo também uma Ações de Gestão de Emoções em Momentos de Crise, dirigidas a Pais e Encarregados de Educação, identificados pelo NAF, que manifestem dificuldades na abordagem das emoções que se desenvolvem em situações de crise.

Já o Agrupamento de Escolas de Escariz contempla projetos como: **“À descoberta do passado”** (clube que pretende promover o conhecimento da História local e concelhia); **clube de damas e xadrez**; **clube de expressão físico-motor** (visa a exercitação e o desenvolvimento motor de algumas das performances básicas das crianças da Educação Especial com Autismo, através de atividades de carácter lúdico); **clube de teatro**; **projeto Eco Escolas** (tem como objetivo estimular nas crianças e jovens o hábito de participação nos processos de decisão e a adoção de comportamentos adequados, no seu quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário); **clube de literacia financeira** (visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros, junto da população em idade escolar, promovendo a educação financeira); **clube Jovens ao Leme** (pretende promover a vivência de experiências integradoras que incluam a dimensão emocional, reflexiva e afetiva do ser humano, estimulando práticas de vida saudáveis que potenciem a harmonia do Eu com o Outro, a Natureza e a Arte);

Mais recentemente, foi implementado o Plano Nacional de Promoção de Sucesso Escolar (PNPSE) que procura, em primeiro lugar, responder à necessidade de cada vez mais se valorizar a ação educativa tendo em vista o seu efeito mitigador das desigualdades socioeconómicas e de promoção de oportunidades de mobilidade social. Neste sentido, são propostas medidas e ações que prestam uma atenção redobrada a alunos e famílias em situação de maior vulnerabilidade, numa lógica de proximidade entre a escola e os recursos da comunidade, com a criação de equipas multidisciplinares dotadas de técnicos especializados em diferentes domínios de intervenção/ação.

Importa ainda referir quais os pontos fortes e fracos que os agrupamentos detetam nas suas escolas. Deste modo destacam-se as análises SWOT presentes no Projeto Educativo dos agrupamentos.

Agrupamento de Escolas de Arouca

Objetivo Central	Pontos Fortes / Forças	Pontos Fracos / Fragilidades
<p>ELEVAR A QUALIDADE DO SERVIÇO EDUCATIVO POTENCIADOR DO SUCESSO EDUCATIVO</p>	<ol style="list-style-type: none"> Existência de um elevado nº de alunos com percursos diretos desucesso (taxa superior a 90%). O processo de ensino e aprendizagem prevê estratégias diversificadas, em função das necessidades dos alunos, visando a inclusão. Diversidade de iniciativas e de projetos de promoção da cultura, ambiente, solidariedade, científico, saúde e do desporto, numa perspetiva de formação integral do aluno. EE consideram que a escola incentiva ao acompanhamento da vida escolar dos seus educandos. 	<ol style="list-style-type: none"> Cerca de 1/3 dos alunos não conclui o 12º ano no tempo previsto. Cerca de metade dos alunos do Ensino profissional do 10º e 11º ano, não conclui os módulos no tempo previsto. Na perspetiva dos alunos, há um insuficiente investimento em atividades de natureza experimental e prática e no uso das tecnologias; Fraco envolvimento dos alunos em algumas atividades não letivas e projetos
<p>MELHORAR A QUALIDADE DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR</p>	<ol style="list-style-type: none"> Dinamização de parcerias e projetos com instituições regionais, nacionais e internacionais. A aposta nos circuitos de informação e comunicação interna e externa através da implementação de recursos tecnológicos que permitem a partilha de informação na comunidade educativa de forma rápida e eficaz. Processos continuados e práticas consolidadas de autoavaliação do agrupamento. O reconhecimento da comunidade educativa, relativamente à integração na escola. 	<ol style="list-style-type: none"> Na perspetiva dos docentes, há um fraco envolvimento da comunidade educativa na construção, monitorização e apropriação dos documentos orientadores da vida na escola. Na perceção dos docentes, a gestão de conflitos e a resolução de situações de indisciplina nem sempre são bem decididas pelas lideranças, este indicador agrava-se na perceção do pessoal não docente. Opinião pouco favorável quanto à valorização dos contributos e do trabalho do pessoal docente e não docente pelas lideranças. O circuito de informação e de apreensão dos processos e resultados de autoavaliação.

Tabela 3 – Pontos fortes e pontos fracos do Agrupamento de Escolas de Arouca

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS / OBSTÁCULOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecimento, por parte da comunidade, da imagem institucional e serviço educativo prestado pelo agrupamento. 2. Perceção positiva, por parte de EE, de orgânica inerente à Escola, enquanto instituição prestadora de um ensino educativo público. 3. Reconhecimento interno e externo do mérito dos alunos na participação em atividades/projetos de âmbito local, nacional e internacional. 4. Implementação do uso de plataformas que visam potenciar a gestão pedagógica e administrativa. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Decréscimo global da população escolar, decorrente da diminuição da natalidade e dos movimentos migratórios. 2. Deficiente rede de transportes, em alguns locais, face à dispersão das freguesias do concelho. 3. Escassez de crédito horário para a implementação de medidas educativas e de projetos relevantes para a promoção da cidadania e do sucesso escolar. 4. Escassez de crédito horário para funções e cargos de natureza pedagógica.

Tabela 4 - Oportunidades e Ameaças do Agrupamento de Escolas de Arouca

Agrupamento de Escolas de Escariz

Pontos Fortes / Forças	Pontos Fracos / Fragilidades
<ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo docente estável e experiente. 2. Taxas de transição/conclusão do ensino básico superior á média nacional. 3. Médias de Português e Matemática estáveis (em contraste com as nacionais que verificam ligeiras descidas). 4. Taxas de abandono nulas. 5. Envolvimento dos alunos em atividades do Agrupamento. 6. Problemas de natureza disciplinar residuais. 7. Trabalho desenvolvido na Educação Especial. 8. Elevados níveis de satisfação com a ação educativa desenvolvida. 9. Qualidade dos serviços 10. Existência de alunos em quadro de mérito e excelência. 11. Normas de conduta claras, conhecidas e bem aceites pela comunidade educativa. 12. Diversificação da oferta educativa, bem como dinamização de clubes e projetos diferenciados. 13. Utilização de instrumentos de avaliação diversificados. 14. Gestão de recursos humanos e materiais eficiente, que contribui para a melhoria do sucesso educativo. 15. Protocolos eficientes com entidades externas. 16. Instalações escolares agradáveis e cuidadas. 17. Bom clima escolar. 18. Gestão de equipamentos realizada de acordo com critérios de racionalidade e eficácia. 19. Bibliotecas escolares como polos aglutinadores, de articulação e dinamização de diferentes tipos de iniciativa. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Auscultação e comunicação com representantes dos alunos. 2. Equipamento informático, bem como o acesso à internet nas escolas do 1.º ciclo. 3. Articulação vertical e horizontal do currículo. 4. Consolidação do processo de autoavaliação como instrumento de autorregulação e melhoria da organização escolar. 5. Hábitos de trabalho sistemático por parte dos alunos. 6. Métodos de estudo. 7. Tratamento dos resultados dos alunos no que respeita à qualidade do sucesso. 8. Eficácia do apoio pedagógico. 9. Recursos humanos (especialmente assistentes), conduzindo a limitações no serviço prestado.

Tabela 5 - Pontos fortes e pontos fracos do Agrupamento de Escolas de Escariz



OPORTUNIDADES	AMEAÇAS / OBSTÁCULOS
<ol style="list-style-type: none">1. Projetos e Protocolos de colaboração com entidades externas.2. Diálogo e articulação com parceiros institucionais.3. Parcerias com entidades empresariais da comunidade para a diversificação da oferta de cursos que correspondam às necessidades do mercado de trabalho.4. Atração de alunos dos concelhos limítrofes para o ensino articulado e secundário.5. Integração na vida ativa/formação profissional dos alunos.	<ol style="list-style-type: none">1. Pouco envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação no processo educativo.2. Decréscimo da população escolar.3. Fracas expectativas em relação à escola e baixa ambição profissional.4. Grande número de alunos a usufruir de Apoio Social Escolar.5. Dificuldades nos transportes escolares.6. Corpo não docente em reduzido número em alguns setores.7. Instabilidade contratual dos Técnicos Especializados.

Tabela 6 - Oportunidades e Ameaças do Agrupamento de Escolas de Escariz



Destas análises SWOT podemos retirar várias conclusões:

- Em ambos os agrupamentos as estratégias são diversificadas no processo escolar/ de aprendizagem;
- Há um contraste entre o elevado número de alunos que têm percursos diretos de sucesso e 1/3 dos alunos do regular e 50% dos alunos do profissional que não conseguem terminar o ciclo de estudos no tempo previsto. Portanto, poderá importar esbater esta diferença entre um grupo de alunos com sucesso elevado e um grupo de alunos que demora mais tempo a concluir o seu ciclo de estudos;
- O Agrupamento de Arouca mostra maior abertura ao exterior e a projetos de instituições nacionais, regionais e internacionais em contraste com o Agrupamento de Escariz que aponta isso como uma fragilidade.
- O Agrupamento de Arouca tem uma aposta consolidada no uso dos recursos tecnológicos e na partilha da informação. O Agrupamento de Escariz refere o equipamento tecnológico como um ponto fraco, especialmente no 1º ciclo. Em ambos, os alunos queixam-se da necessidade de um ensino mais experimental;
- Ambos os Agrupamentos referem qualidade das instalações;
- Ambos se referem ao défice da rede de transportes, condicionante da mobilidade dos alunos;
- Os Agrupamentos encontram-se em patamares diferentes da gestão pedagógica de programas e currículo.



5 Enquadramento Institucional

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arouca (CPCJ de Arouca)

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arouca, tal como todas as CPCJ's distribuídas ao longo do nosso país, é regida pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDP), também designada anteriormente por Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CNPCJP).

Surgiu em 1991, com o Decreto-Lei nº189/91 de 17 de maio que orientava o trabalho dos profissionais das comissões, e permitiu às mesmas serem entidades que atuavam autonomamente e que tinham como objetivo defender os Direitos das crianças. Mais tarde, foi criada a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Lei n.º147/99 de 1 de setembro. Esta lei, trouxe a alteração da nomenclatura de Comissão de Proteção de Menores para Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e veio também regulamentar as CPCJ's, assim como conferir-lhes uma definição “instituição oficial, não judiciária, e tem como principal missão salvaguardar e ajudar no cumprimento dos direitos das crianças”. (Art.12 nº1, LPCJP).

Relativamente à CPCJ de Arouca, esta foi reorganizada de Comissão de Proteção de Menores do Concelho de Arouca em Comissão de Proteção de Crianças e Jovens a 1 de janeiro de 2001, segundo a Portaria nº1226-EL/2000 de 30 de dezembro, no entanto só iniciou funções em 2003 ao abrigo de um protocolo de colaboração com o Instituto da Solidariedade e Segurança Social.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Arouca (CPCJ Arouca) está sediada nas instalações da Câmara Municipal de Arouca. Nestas instalações para além da CPCJ, exercem funções técnicos de diferentes áreas, também abertas ao público, tais como, ação social, educação, gerontologia, GIP (Gabinete De Inserção Profissional), entre outros, o que de certa forma diminui a estigmatização recaída sobre as pessoas que entram no mesmo edifício, uma vez que existem muitas famílias do concelho que têm vergonha de se dirigirem à CPCJ com receio de serem estigmatizados.

As CPCJ são instituições não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos das crianças e dos jovens suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, pelo que é considerada uma entidade de

segunda linha. Por sua vez, as entidades de primeira linha são todas aquelas que apresentam competências em matéria de infância e juventude, e deste modo, a CPCJ só intervém quando estas últimas esgotam as suas possibilidades de ação. Em último caso, quando uma comissão não tem competência perante determinadas situações, o processo é remetido para o Ministério Público (MP).

Tal como outras entidades públicas, a CPCJ rege o seu trabalho baseado na legislação e em políticas existentes. Ao intervir em casos de crianças/jovens em perigo, há que ter em consideração, segundo o artigo 4º da lei 147/99 de 1 de setembro, os princípios orientadores da intervenção na CPCJ:

- **Interesse superior:** definindo que a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e jovem;
- **Privacidade:** implica o respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- **Intervenção precoce:** intervenção efetuada logo que seja conhecida a situação de perigo;
- **Intervenção mínima:** articulação apenas com as entidades cuja ação é indispensável à proteção da criança;
- **Proporcionalidade e atualidade:** a intervenção dos técnicos da CPCJ deve ir ao encontro da situação das crianças/jovens e só deve interferir na vida destas e do seu agregado familiar no que for estreitamente necessário;
- **Responsabilidade parental:** a intervenção deve ter por base o envolvimento e a responsabilização dos pais para que estes assumam os seus deveres;
- **Primado da continuidade das relações psicológicas profundas:** a intervenção deve respeitar e priorizar o direito da criança/jovem de manter as relações de afetividade com aqueles que lhe garantam uma vinculação segura;
- **Prevalência na família:** a intervenção deve ser realizada com o objetivo de manter a criança/jovem o maior tempo possível no seu meio familiar;
- **Obrigatoriedade da informação:** todos os intervenientes têm direito a serem informados acerca dos seus direitos, dos motivos que levaram à intervenção da CPCJ e da forma como esta se processa;

- **Audição obrigatória e participação:** a criança/jovem, assim como os seus pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto da criança têm o direito a serem ouvidos e a participarem na definição da MPP (Medida de Promoção e Protecção)
- **Subsidiariedade:** a intervenção deve ser efetuada hierarquicamente, ou seja, primeiro pelas Entidades em Matéria de Infância e Juventude, de seguida pelas CPCJ e, em último lugar, pelos tribunais.

A sua ação intervenção inicia-se após a sinalização do caso. A sinalização do caso pode ser feita presencialmente ou por via telefónica, por entidades de segurança pública, de saúde, educação, IPSS, pelos progenitores, ou por qualquer pessoa desde que tenha conhecimento do caso. Caso a pessoa queira proteger a sua identidade, a sinalização pode ser anónima.

Segue-se a Reunião da Modalidade Restrita⁷, que consiste numa discussão de abertura de processo ou não (caso seja ou não uma situação de perigo/risco) por parte da equipa técnica, e atribuição do processo a um técnico que ficará como gestor de processo. Depois de aberto o processo, convocam-se os progenitores ou a pessoa detentora da guarda da criança/jovem. A convocatória, por sua vez, pode ser emitida por escrito ou por via telefónica. No atendimento com os progenitores explicam-se primeiramente as funções da CPCJ, e é apresentada a declaração de consentimento. Caso os progenitores assinem o consentimento, a comissão fica habilitada a intervir no caso. Caso contrário, se os progenitores se opuseram a assinar o consentimento, ou a criança tenha idade igual ou superior a 12 anos e também se oponha à intervenção, a comissão remete o processo para o Ministério Público.

Após a assinatura do consentimento, o gestor de caso realiza uma avaliação diagnóstica, na qual verifica se realmente existe uma situação de perigo/risco. Caso exista uma situação de perigo/risco é proposta uma medida de promoção e protecção. A medida proposta é discutida em nova reunião da comissão restrita, e caso esta seja aprovada,

⁷ A composição da modalidade restrita explicar-se-á mais à frente (capítulo 2.3)



posteriormente deve ser assinado um acordo pelo(s) progenitor(es), para o efeito de aprovação e compromisso de cumprimento da mesma.

As principais Medidas de Intervenção da CPCJ são as Medidas de Promoção e Proteção em Meio Natural de Vida, que constam no artigo 35.º da lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) n.º 147/99 de 1 de setembro, e as Medidas de Colocação, presentes nos artigos 46.º a 50.º da mesma lei.

5.1 Organização da CPCJ de Arouca

A CPCJ de Arouca, tal como qualquer outra instituição, tem a sua própria organização interna. Deste modo, existem duas tipologias de organizações: a vertical e a horizontal. No que diz respeito à CPCJ de Arouca, existe uma organização vertical, pois existe uma divisão de poderes e funções entre os elementos que pertencem à CPCJ. Assim sendo, na base da hierarquia encontram-se os comissários, seguido pelo secretário que é designado pelo presidente, tal como consta no artigo 23º nº2 da LPCJP. Este, por sua vez, tem como funções substituir o presidente na ausência deste, segundo o artigo 23º nº3 da LPCJP.

Relativamente à modalidade restrita, esta tem como principal função intervir em situações que a criança ou o jovem se encontrem em perigo, e é composta sempre por um número ímpar, nunca inferior a cinco, dos membros que integram a comissão alargada. A modalidade restrita da CPCJ de Arouca é constituída por um representante da Câmara Municipal, dos Ministérios da Educação, da Segurança Social e da Saúde, um elemento das IPSS não residenciais e por dois elementos cooptados, uma técnica do serviço social e outra da área jurídica, e dois elementos de apoio técnico, uma psicóloga e outro da área social. Reúne ordinariamente com periodicidade quinzenal e extraordinariamente sempre que necessário.

A modalidade alargada da CPCJ, tal como transcrito no artigo 17ª da LPCJP, é composta por todos os anteriores elementos da modalidade restrita e ainda por um representante do organismo público competente em matéria de emprego e formação

profissional (IEFP), um elemento representante das IPSS/ONG – de carácter residencial, um elemento representante das Associações de Pais, um representante das associações desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens, um representante das associações de jovens, um representante da força de segurança e quatro cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal.

Relativamente ao funcionamento da Comissão Alargada, esta reúne em plenário ou por grupos de trabalho para assuntos específicos, com a periodicidade exigida pelo cumprimento das suas funções, no mínimo uma vez por mês. Compete à Comissão Alargada desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para as crianças e jovens, tais como:

- Informar a comunidade sobre os direitos das crianças e jovens, e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam, especiais dificuldades;
- Promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção dos factos e situações que, na área da sua competência territorial, afetem os direitos e interesses da criança e do jovem, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação ou se mostrem desfavoráveis ao seu desenvolvimento e inserção social;
- Informar e colaborar com as entidades competentes no levantamento das carências e na identificação e mobilização dos recursos necessários à promoção dos direitos, do bem-estar e do desenvolvimento integral da criança e jovem;
- Dinamizar e dar parecer sobre programas destinados às crianças e aos jovens em perigo;
- Analisar a informação semestral relativa aos processos iniciados e ao andamento dos pendentes da comissão restrita;
- Aprovar o relatório anual de atividades e avaliação elaborado pelo presidente e enviá-lo à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público.

No que diz respeito ao volume processual da CPCJ de Arouca, esta apresenta um reduzido número de processos comparativamente com outras CPCJ's do nosso país, no

entanto, podemos concluir que ao longo do tempo tem diminuído o número de processos de promoção e proteção no concelho de Arouca, uma vez que em 2015 existiam 81 processos ativos, em 2020 existiam 45 processos e no ano de 2021 existiram apenas 30 processos, como é possível verificar nas seguintes figuras:

Processos Abertos (comunicações)		Processos instruídos (deliberação)	
Transitados do ano 2014	73	Transitados do ano 2014	71
Novos	67	Novos no ano (IN)	52
Por transferência (AP)	2		
Reabertos	31	Deliberação de reabertura	25
Transferência por alteração da Competência territorial (EA)			4
Total Entradas			177
Total de Processos com instrução			152
PP Aguardam deliberação			4
Cessação da Intervenção			
		Arquivamento liminar ou Remessa	23
		Transferência por alteração da Competência territorial (EA)	2
		Cessação após AP	71
Total processos em que cessou a intervenção			96
VPG do ano			154
Total Processos Activos			81

Figura 6 - Caraterização Processual em 2015⁸

⁸ Fonte: Plataforma Comissão Nacional de Proteção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Processos Abertos (comunicações)		Processos instruídos (deliberação)	
Transitados do ano 2019	51	Transitados do ano 2019	51
Novos	61	Novos no ano (IN)	58
Por transferência (AP)	0		
Reabertos	20	Deliberação de reabertura	20
Transferência por alteração da Competência territorial (EA)			2
Total Entradas			134
Total de Processos com instrução			131
PP Aguardam deliberação			3
Cessações da Intervenção			
Arquivamento liminar ou Remessa			3
Transferência por alteração da Competência territorial (EA)			2
Cessações após AP			84
Total processos em que cessou a intervenção			89
VPG do ano			131
Total Processos Activos			45

Figura 7 - Caracterização Processual em 2020⁹

⁹ Fonte: Plataforma Comissão Nacional de Proteção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Processos Abertos (comunicações)		Processos instruídos (deliberação)	
Transitados do ano 2020	45	Transitados do ano 2020	45
Novos	41	Novos no ano (IN)	39
Por transferência (AP)	1		
Reabertos	23	Deliberação de reabertura	23
Transferência por alteração da Competência territorial (EA)			3
Total Entradas			113
Total de Processos com instrução			110
PP Aguardam deliberação			0
Cessação da Intervenção			
Arquivamento liminar ou Remessa			4
Transferência por alteração da Competência territorial (EA)			1
Cessação após AP			78
Total processos em que cessou a intervenção			83
VPG do ano			109
Total Processos Activos			30

Figura 8 - Caraterização Processual em 2021¹⁰

Relativamente à faixa etária, a maior parte dos processos no nosso concelho são de jovens entre os 11 e os 14. Comparativamente à variável “sexo”, pode-se constatar que existem menos crianças/jovens do sexo feminino (51 raparigas) do que do sexo masculino (59 rapazes), como é possível verificar na seguinte figura:

¹⁰ Fonte: Plataforma Comissão Nacional de Proteção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Escalão Etário	Sexo	Processo transitado	Processo instaurado	Processo reaberto	Global	Global crianças com deficiência
0-2	Masculino	1	9	1	11	0
	Feminino	3	15	0	8	0
	Total	4	14	1	19	0
3-5	Masculino	0	2	0	2	0
	Feminino	2	2	2	6	0
	Total	2	4	2	8	0
6-8	Masculino	1	2	2	5	0
	Feminino	2	2	0	4	0
	Total	3	4	2	9	0
9-10	Masculino	3	4	4	8	0
	Feminino	4	1	1	6	0
	Total	7	5	5	14	0
11-14	Masculino	10	7	7	19	0
	Feminino	5	1	1	11	1
	Total	15	8	8	30	1
15-17	Masculino	2	3	3	9	1
	Feminino	5	2	2	10	0
	Total	7	5	5	19	1
18-21	Masculino	2	0	0	3	1
	Feminino	5	0	0	5	0
	Total	7	0	0	8	1
Desconhecido	Masculino	0	0	0	2	0
	Feminino	0	0	0	1	0
	Total	0	0	0	3	0

Figura 9 - Crianças/Jovens acompanhados por Escalão Etário/Sexo/Situação de Deficiência em 2021¹¹

Já em relação à problemática diagnosticada, tal como nos anos anteriores, constata-se que a grande maioria é por “exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar da criança: violência doméstica” e por “negligência” a diversos níveis.

Todos os membros da CPCJ responderam a questionários de modo a que se realizasse uma análise SWOT e se percebessem os pontos fortes e os aspetos que carecem de melhoria. Deste modo, destacam-se algumas questões:

¹¹ Fonte: Plataforma Comissão Nacional de Proteção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Modalidade Restrita (n=6)

	Concordo e concordo inteiramente	Discordo e discordo inteiramente
“Conheço os critérios da CPCJ para implementar a audição e participação das crianças e jovens”	83,3%	16,7%
“Não tenho dificuldades em aplicar os critérios da CPCJ para implementar a audição e participação das crianças e jovens, na minha intervenção direta, juntos das crianças e jovens”	83,3%	16,7%
“Dou informação por escrito a todas as crianças/jovens sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão”	50%	33,3%
“Informo todas as crianças/jovens por escrito sobre os seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa”	66,7%	33,3%
“Sei que a CPCJ efetua um diagnóstico em matéria de infância e juventude”	66,7%	33,3%
“Sei que o trabalho de planeamento e avaliação é liderado por membros especializados/formados para esse propósito”	50%	33,3%
“Face ao volume e complexidade do meu trabalho da CPCJ disponho do tempo necessário para o seu desenvolvimento”	50%	50%
“Acho que existe espaço físico adequado e confortável para as/os profissionais”	50%	50%
“Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das famílias”	50%	50%
“Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das crianças/jovens (“ <i>child friendly</i> ”)	66,6%	33,4%

Tabela 7 - Respostas dos elementos da modalidade restrita

Modalidade Alargada (n=9)

	Concordo e concordo inteiramente	Discordo e discordo inteiramente
“Quando entrei para a CPCJ tive imediatamente conhecimento da sua missão e visão”	88,9%	11,1%
“A missão e a visão da CPCJ estão compreendidas e assimiladas por todos os membros”	77,7%	11,1%
“Conheço a legislação que enquadra o funcionamento e competências da CPCJ”	88,9%	11,1%
“Sei que a composição da modalidade alargada da CPCJ obedece ao artigo 17º da Lei 147/99”	88,9%	11,1%
“Enquanto membro da modalidade alargada cumpro com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho”	77,7%	11,1%
“Tenho conhecimento do regulamento interno que foi aprovado pela Comissão/Modalidade Alargada”	66,6%	33,3%
“Participo em grupos de trabalho para assuntos específicos”	55,5%	44,4%

Tabela 8 - Respostas dos elementos da modalidade alargada

Deste modo, podemos sintetizar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas pelos elementos da CPCJ de Arouca da seguinte forma:

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO / FATORES INTERNOS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Trabalho de equipa ➤ Equipa multidisciplinar ➤ Conhecimento do território e seus contextos ➤ Interinstitucionalidade ➤ Trabalho em rede ➤ Discussão ativa ➤ Profissionais motivados ➤ Procura e abertura para adquirir novos conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Afetação reduzida tanto dos membros da Comissão Restrita como da Alargada ➤ Desconhecimento das situações/casos específicos ➤ Preconceitos ➤ Dispersão geográfica ➤ Membros da comissão Restrita não estarem a 100% ➤ Falta de formação ➤ Voluntariado forçado ➤ Falta de RH ➤ Grande rotatividade de pessoas (min. 3 anos) ➤ Dispersão nas reuniões
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO / FATORES EXTERNOS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Entidades de primeira linha ➤ Parcerias ➤ Formação ➤ Entidades (A4, Trevo...) ➤ Potenciar estas entidades ➤ Responder ao superior interesse da criança/jovem ➤ Existência de financiamentos ➤ Medidas de combate das problemáticas 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duplicação de intervenções ➤ Violência doméstica ➤ COVID-19 ➤ Incompreensão/desconhecimento da comunidade em relação à CPCJ ➤ Contextos de intervenção ➤ Prejuízo da intervenção para a criança/jovem ➤ Legislação (Comissão Restrita) ➤ Aumento do volume de serviço ➤ Inexistência de política na área social municipal consistente

Figura 10 - Resultados análise SWOT face ao desempenho da CPCJ de Arouca¹²

¹² Fonte: Base de dados PORDATA



6 Crianças e jovens com medida de acolhimento residencial nas IPSS's de Arouca

Tendo em conta as dificuldades de intervenção e acompanhamento das crianças em acolhimento residencial foi criado um grupo de trabalho que apresentou de forma sucinta os problemas identificados e as propostas de melhoria, no sentido de garantir que estas crianças e jovens têm a resposta mais ajustada às suas necessidades.

I - Contextualização

A nível demográfico

O concelho de Arouca tem 21 154 habitantes (censos 2021);

Nas últimas décadas a população jovem tem vindo a diminuir, predominando um aumento significativo da população idosa, à semelhança do que sucede a nível nacional.

Crianças e jovens com medida de acolhimento residencial em Arouca

Existem duas IPSS's com acolhimento para crianças e jovens com medida de acolhimento residencial aplicada;

O Centro Social e Paroquial de S. Salvador do Burgo tem um regime de acolhimento misto, com capacidade para 12 crianças e jovens, no entanto atualmente apenas tem crianças e jovens do sexo masculino;

O Patronato – Centro Paroquial e Social Santa Mafalda tem um regime de acolhimento feminino, com capacidade para 50 crianças e jovens;

As duas IPSS's com institucionalização encontram-se sediadas na sede do Concelho, com as suas CAR localizadas a menos de um quilometro entre si, pelo que, naturalmente, todas as crianças nelas acolhidas frequentam o Agrupamento de Escolas de Arouca.

As características específicas do acolhimento residencial em Arouca, composto por estas duas CAR, tem desencadeado algumas situações que têm vindo a ser identificadas como tendo um impacto negativo no desenvolvimento holístico destas crianças e jovens e no seu relacionamento e inserção na comunidade local.

II – Problemas identificados

Como é sabido, pois resulta do conhecimento geral, o perfil das crianças institucionalizadas ao longo dos anos tem sofrido alterações, sendo que o perfil dos jovens atualmente institucionalizados é composto maioritariamente por jovens a partir dos 15 anos e com problemáticas associadas extremamente complexas, tais como: comportamentos desviantes, consumos de estupefacientes, mendicidade, perturbações mentais/personalidade, défice cognitivo e criminalidade.

Uma percentagem considerável das crianças e jovens acolhidas nas CAR de Arouca são provenientes de outras instituições com as mesmas características das nossas como forma de tentar resolver os problemas que provocam nas instituições de origem.

Não obstante, estas instituições continuam a ter um “carácter generalista”, não correspondendo às necessidades identificadas anteriormente.

Ou seja, as nossas CAR à semelhança das demais, são residências para acolhimento de crianças e jovens com um regime aberto e sem os meios necessários para fazer face às exigências dos utentes que se apresentam com as problemáticas acima identificadas.

Esta desadequação tem desencadeado problemas ao nível de funcionamento das CAR, cujos comportamentos dos seus utentes, nomeadamente os que sofrem das problemáticas mencionadas, são pautados por fugas constantes de casa, quer de dia quer de noite, desestabilização dos demais utentes, incumprimento das regras e horários definidos para refeições ou descanso, desrespeito e violência para com os profissionais que trabalham nas suas CAR, perturbação da sociedade em geral através de atos praticados durante as fugas, etc.

Estes problemas são ainda exacerbados devido ao facto de ambas as CAR se encontrarem demasiado próximas, pelo facto de os utentes de uma e outra procurarem reforço mútuo para as suas ações.

III – Propostas

- Realização de uma gestão de vagas mais eficiente, de forma a fazer corresponder às características e necessidades de cada utente um local de acolhimento mais adequado, por

forma a levar a um melhor desenvolvimento dessa criança ou jovem e um melhor funcionamento dos locais de acolhimento;

- Redefinir e reestruturar a modalidade do regime de acolhimento (aberto, semiaberto ou especializado), tendo em conta que grande parte destas crianças e jovens necessitam de uma supervisão constante/diária de forma às mesmas não se colocarem a si próprias e aos restantes residentes em risco/perigo;
- Dotar/reforçar as equipas das instituições de recursos humanos ajustados às problemáticas dos seus utentes, nomeadamente de pedopsiquiatria e psiquiatria;
- Necessidade de repensar o número de vagas por instituição;
- Necessidade de repensar o número e tipo de casas de acolhimento por concelho e distrito;
- Necessidade da criação de respostas direcionadas para vagas de emergência;
- Especialização das casas de acolhimento residencial de acordo com as fragilidades/diagnóstico identificado, de forma a responder às reais necessidades das crianças e jovens acolhidas.

Aplicação/cumprimento legislativo do Decreto-Lei nº 164/2019, de 25 de outubro (Secção II, Art.º 14 - Fases do Acolhimento e Art.º 15 – Preparação, Acolhimento e Avaliação diagnóstica).

Em suma, as instituições concelhias que trabalham a área da infância e juventude encontram-se bastante preocupadas com esta situação, considerando-se que deve existir uma reestruturação nas respostas de acolhimento residencial do concelho de Arouca, entendendo-se que esta problemática é transversal a todas as instituições de acolhimento e começam a criar alarme social, descredibilizando o trabalho das CAR, os objetivos e o trabalho da própria Segurança Social.

“Com a esperança de que a passagem pelas respostas de acolhimento residencial e familiar resulte na efetiva satisfação das suas necessidades física, psicológicas, intelectuais, emocionais, espirituais, sociais, económicas, culturais, e na garantia dos seus



direitos, fundamentais ao seu desenvolvimento integral e ao seu bem-estar.” (relatório CASA 2021)



7 As crianças e o direito à participação

O Conselho Municipal de Juventude permite que os jovens do concelho de Arouca possam expressar as suas opiniões e ideias, participar de forma ativa e lançar as suas propostas. É um órgão consultivo do Município que prossegue fins relacionados com a política da juventude, tendo como principais objetivos a colaboração na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social; assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude; contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude; promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente na área do Município de Arouca; promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude; promover iniciativas sobre a juventude a nível local; incentivar e apoiar a atividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras e promover a colaboração entre as associações juvenis concelhias no seu âmbito de atuação;

Este conselho é composto por vários elementos, sendo eles o presidente da Câmara Municipal, um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal, o representante do Município no Conselho Regional de Juventude, um representante de cada associação juvenil com sede no Município inscrita no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ), um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no Município inscritas no RNAJ, um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do Município ou na Assembleia da República e um representante de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis. A CPCJ de Arouca participa nas reuniões com o estatuto de membro observador.

8 Parentalidade positiva

As dimensões da parentalidade positiva estão ligadas a muitas tarefas e responsabilidades das figuras parentais que possibilitam o desenvolvimento saudável dos seus filhos. Estas incluem aspetos como (1) garantir um ambiente seguro, estimulante, envolvente e de aprendizagem positiva; (2) o uso de disciplina consistente e assertiva; (3) ter expectativas razoáveis da criança e de si mesmo; (4) cuidar de si mesmo; (5) interrupções e mudanças nas tarefas e responsabilidades dos pais associadas às transições da vida, que exigem flexibilidade para ajustar as suas abordagens para com os filhos em termos das suas características e necessidades; (6) capacidade dos pais lidar com eventos angustiantes que perturbam a vida familiar, as práticas dos pais e as rotinas da família; (7) mudanças e ajustes na parentalidade para acomodar as capacidades emergentes das crianças e influência dos colegas; (8) descontinuidades associadas a eventos stressantes da vida e ao aumento nas responsabilidades de cuidar de pais mais velhos (Sanders, 2019).

A parentalidade positiva não está ligada apenas ao surgimento de menos problemas de comportamento infantil (Kotchick e Forehand 2002 cit in Mckee, Roland, Coffelt, Olson, Forehand, Massari, Jones, Gaffney & Zens, 2007). Esta protege as crianças dos resultados negativos de práticas disciplinares severas (Masten & Coatsworth 1998 cit in Mckee *et al.*, 2007) e, apesar do número limitado de investigações empíricas, existem razões teóricas para considerar que a mesma explica o desenvolvimento do comportamento pró-social em crianças (Pastorelli *et al.*, 2015). Os comportamentos pró-sociais caracterizam-se por ações voluntárias ou tendências desejáveis destinadas a ajudar e a beneficiar terceiros. Consequentemente, estes tipos de comportamentos demonstram-se benéficos no que concerne ao ajuste das crianças e ao desenvolvimento juvenil bem-sucedido (Lerner, Brentano, Dowling & Anderson, 2002 cit in Pastorelli *et al.*, 2015). Assim, ao estabelecerem-se este tipo de tendências durante a infância, isto pode levar os pais a responder mais positivamente aos filhos (Pastorelli *et al.*, 2015).

Face ao exposto, podemos aferir que se torna importante trabalhar as várias dimensões da parentalidade positiva, como forma de prevenir situações de maus tratos, empoderando os pais de práticas educativas que permitem um desenvolvimento holístico e saudável das crianças.



Em Arouca são desenvolvidas algumas ações pontuais por parte de associações de pais e outras entidades locais (IPSS's, Município e associações de pais), no entanto, não existe um plano global e concertado, nem uma entidade com uma resposta específica no âmbito da parentalidade positiva.

9 Apresentação dos resultados

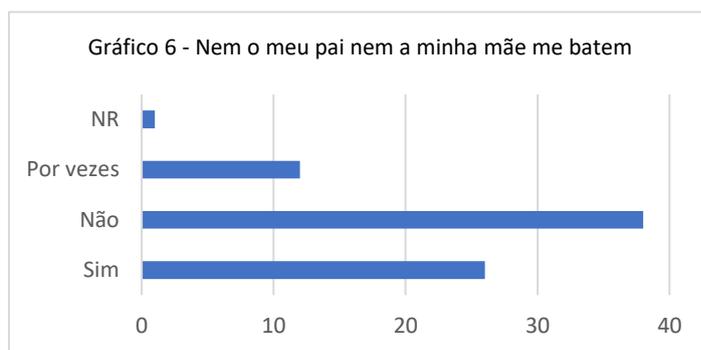
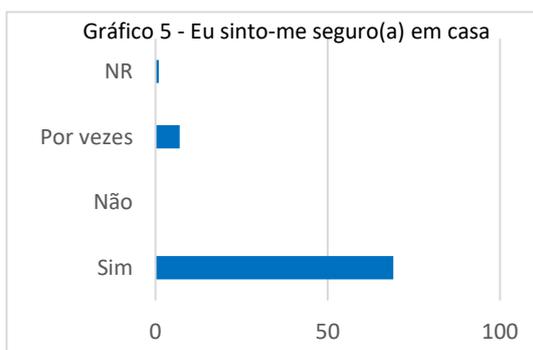
Como já referido na fase introdutória deste diagnóstico local, para a sua elaboração houve a participação das crianças e jovens, das famílias e das entidades em matéria infância e juventude.

Apresentamos, então, os resultados obtidos nos questionários administrados a estes três grupos, assim como a análise e discussão dos mesmos.

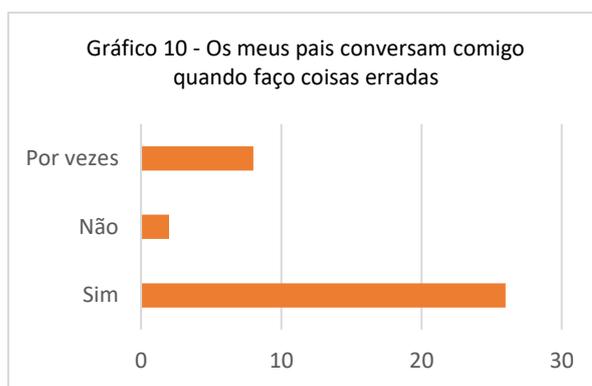
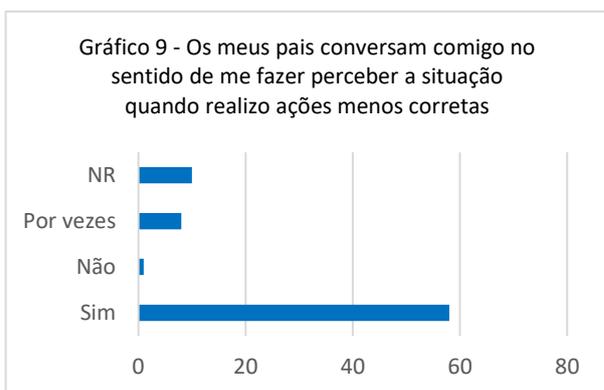
9.1 Questionário Crianças e Jovens

■ 6 a 12 anos

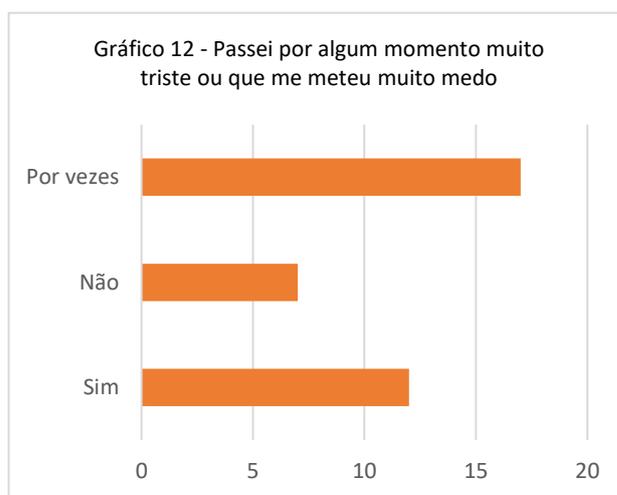
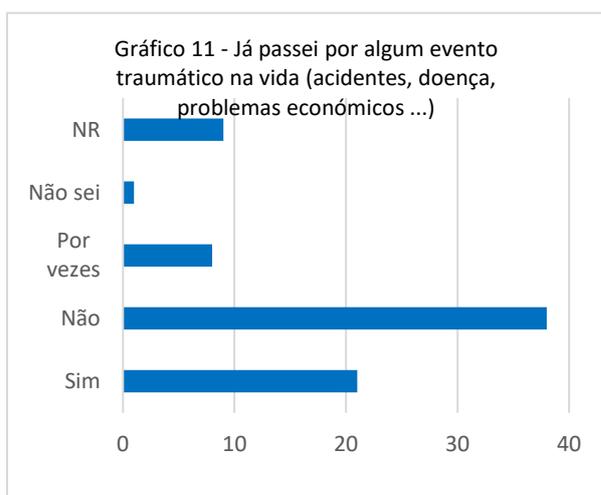
■ 13 a 18 anos



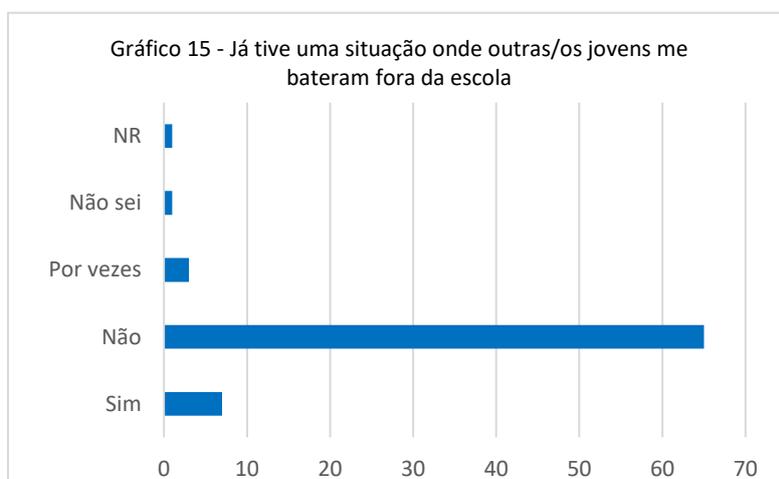
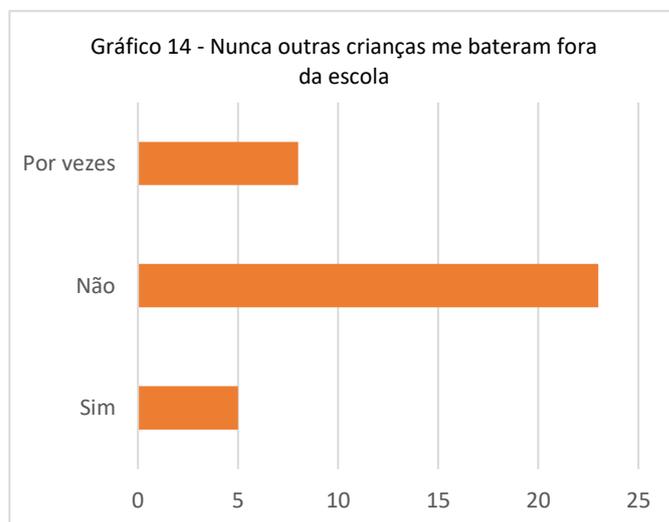
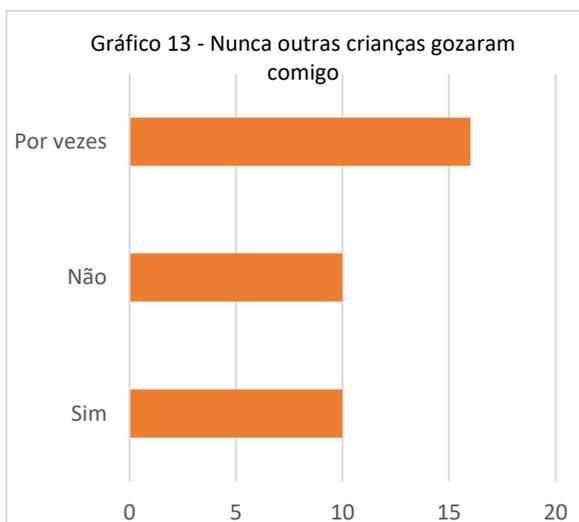
É possível verificar que a punição física é ainda recorrente nas práticas parentais de acordo com as respostas das crianças e dos jovens, assim como os gritos no ambiente familiar por parte dos progenitores. No entanto, quando questionados sobre se se sentem seguros em casa, os resultados são positivos, com uma grande maioria a responder afirmativamente e nenhuma resposta negativa.



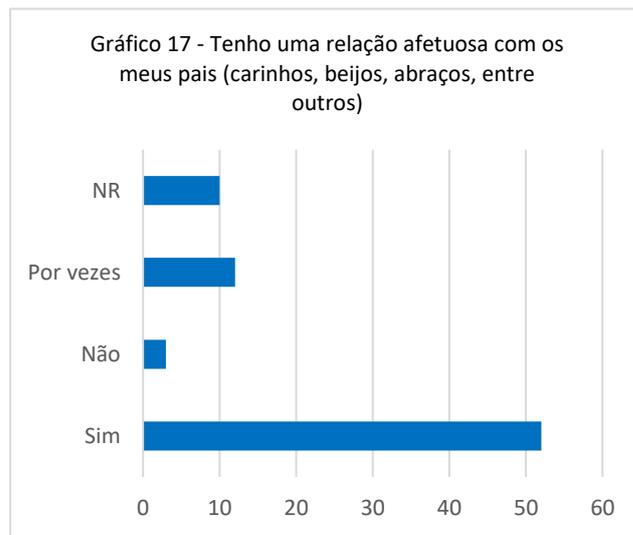
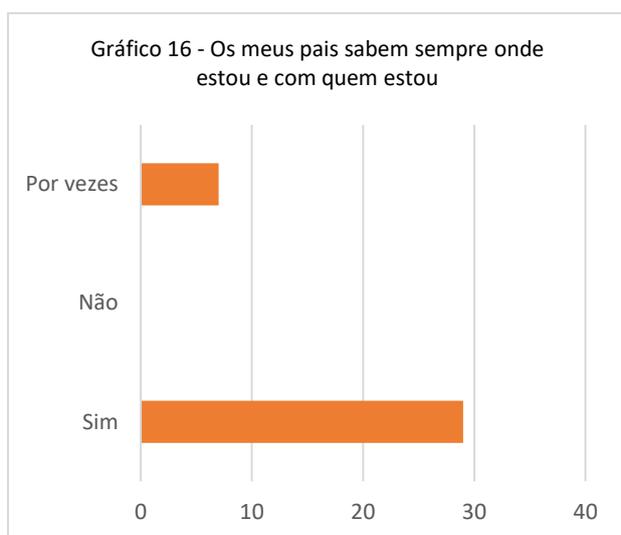
Outra informação importante que podemos salientar diz respeito às práticas parentais positivas. Podemos constatar que a grande maioria, quer das crianças, quer dos jovens, afirma que há (e que “por vezes”) há essa prática por parte dos seus pais. Isto é importante para uma boa vivência familiar e um correto desenvolvimento destas crianças e jovens, devendo sempre dar-se preferência a este tipo de práticas positivas, como a conversa construtiva, em detrimento das práticas punitivas.



Em relação a passarem por eventos de vida tristes e/ou traumáticos, há uma percentagem mais elevada do que o desejável, tanto nas crianças como nos jovens.

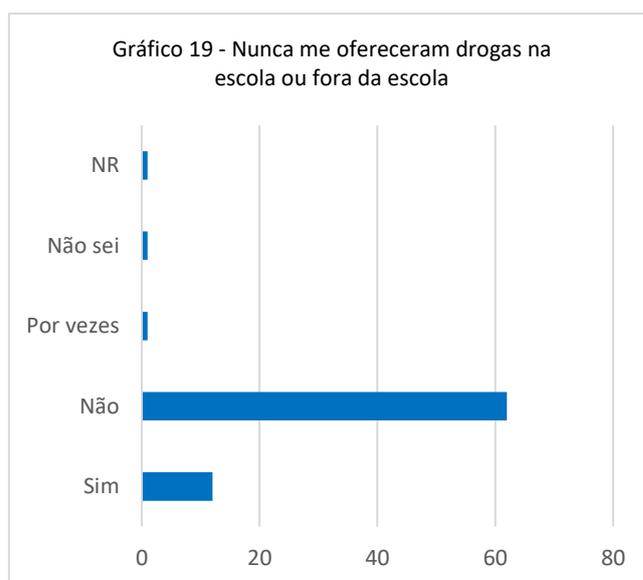
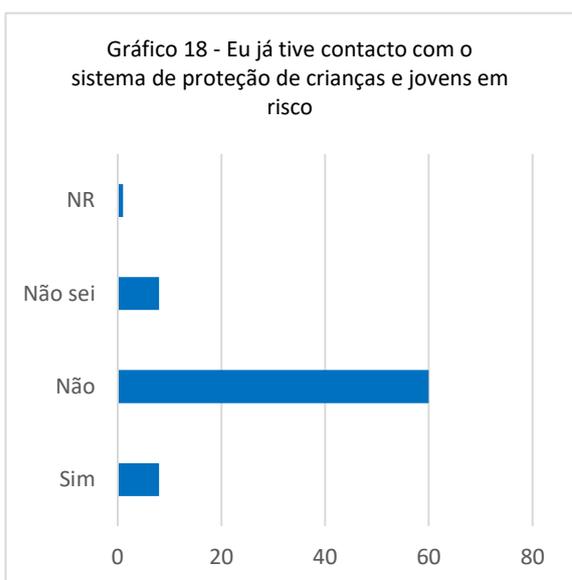


Uma elevada percentagem de crianças admite ainda ser vítima de agressões fora do espaço escolar e que outras crianças troçam/gozam com elas. O inverso acontece com os jovens, em que a grande maioria afirma não ter sido vítima de agressões físicas fora da escola. Podemos, assim, concluir que as crianças mais jovens mostram uma maior tendência a serem vítimas de violência física e/ou psicológica.



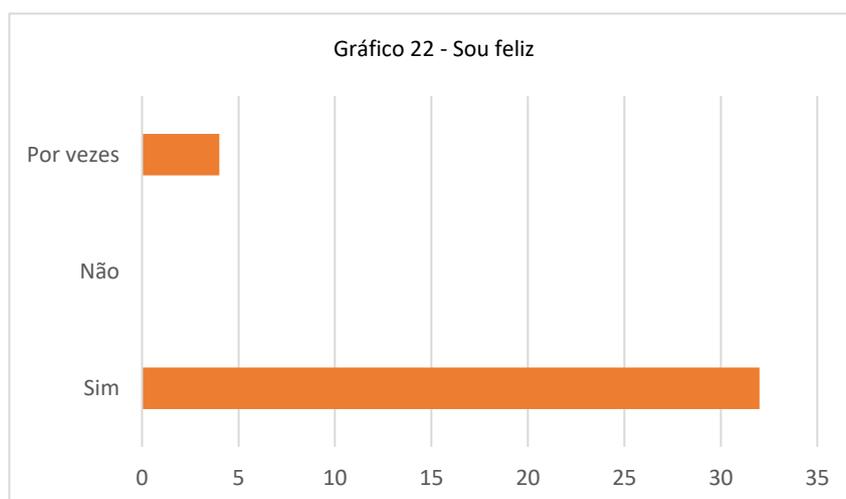
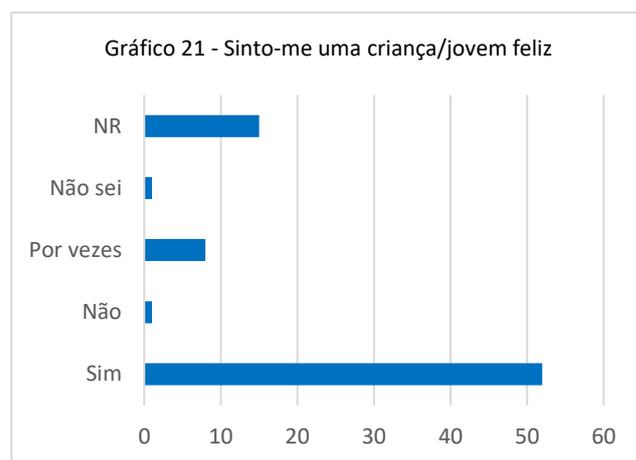
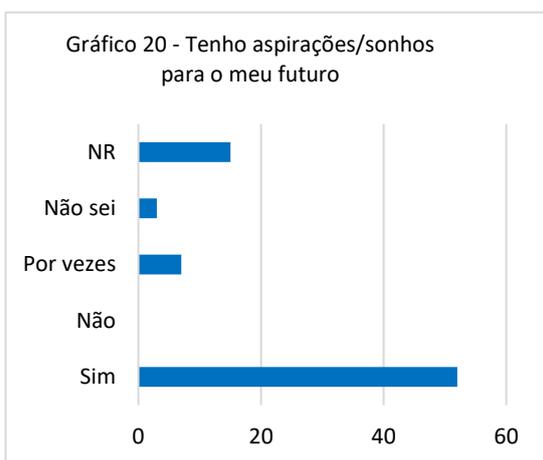
Um ponto bastante positivo é o facto de se registar uma elevada supervisão parental, com a maioria das crianças a afirmar que os pais têm conhecimento dos locais que frequentam e dos seus pares.

Nos jovens, é de realçar a presença de uma relação afetiva com os progenitores, o que, segundo os resultados, acontece com a maioria. Este resultado é muito satisfatório, tendo em conta a importância da vinculação e do afeto familiar e do seu papel no desenvolvimento dos sujeitos.



Alguns jovens relatam já lhes terem sido oferecidos estupefacientes dentro ou fora da escola. Apesar de isto não ter acontecido para a grande maioria, é um dado a ter em conta devido à sua relevância e aos riscos que pode acarretar, nomeadamente em jovens com as idades dos inquiridos (13 a 18 anos).

Uma parte dos jovens afirma ter tido contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em risco. No entanto, os dados relativos às questões referentes a este contacto não podem ser válidos, uma vez que apesar de apenas 8 jovens terem afirmado ter havido este contacto, registou-se um número mais elevado de respostas nas questões seguintes às quais só estes 8 jovens deveriam ter respondido, colocando assim em causa os resultados obtidos.

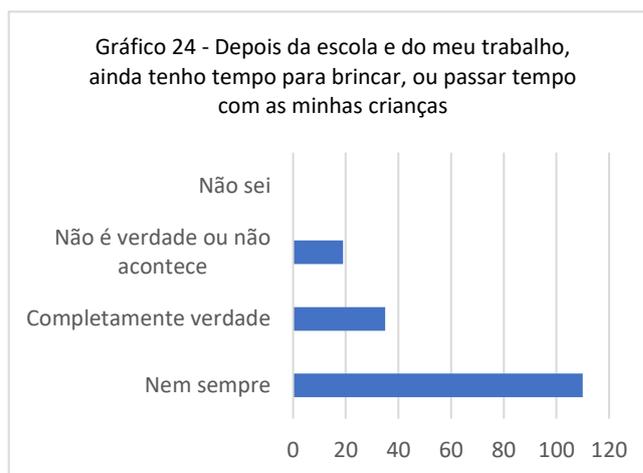
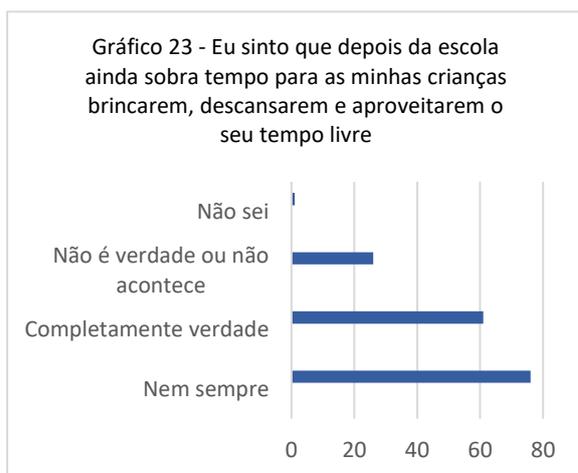


Quanto às aspirações e sonhos futuros, a maioria dos jovens respondeu existirem, no entanto, houve um elevado número de jovens que não respondeu, o que deve ser tido em conta, uma vez que se trata de uma questão tão pessoal e indicadora do bem-estar psicológico dos jovens.

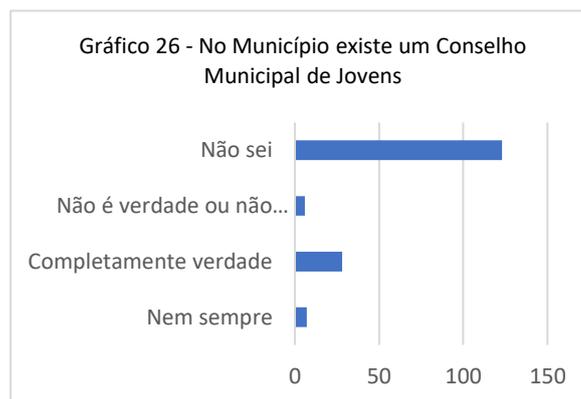
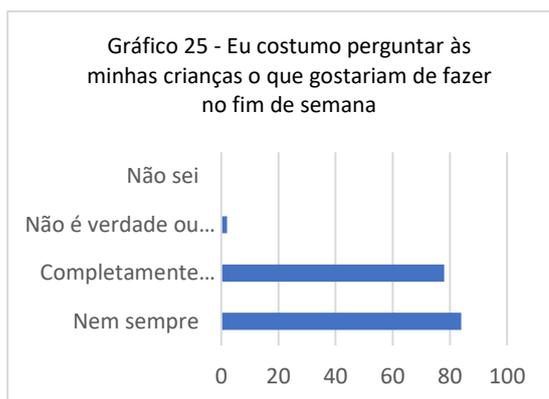
Finalmente, quando questionados sobre serem ou não felizes a grande maioria destas crianças e jovens responde afirmativamente, o que é claramente positivo.

9.2 Questionário – Pais

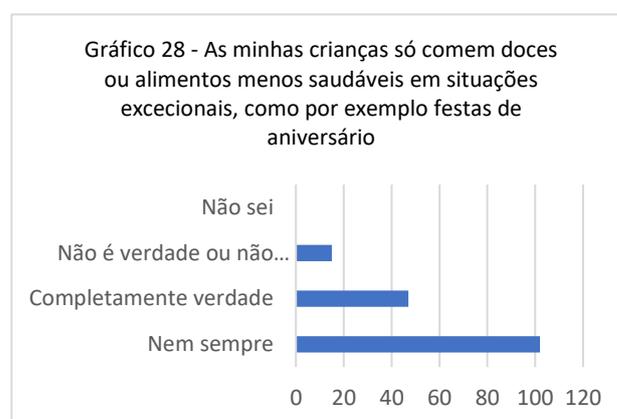
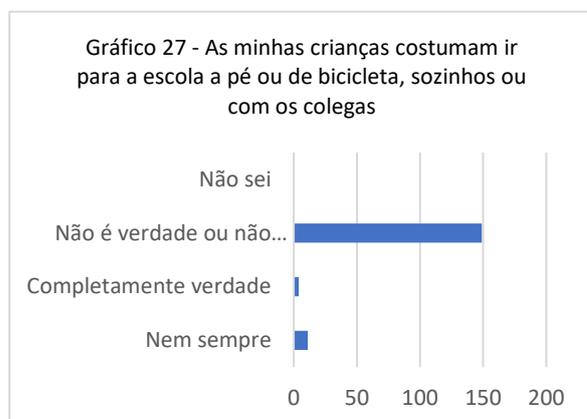
Relativamente ao questionário administrado aos pais, algumas respostas destacaram-se aquando da sua análise:



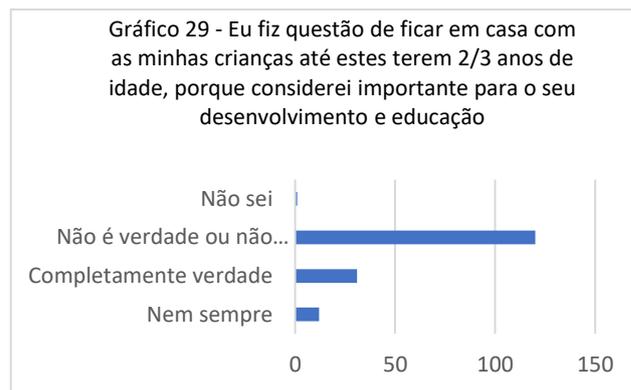
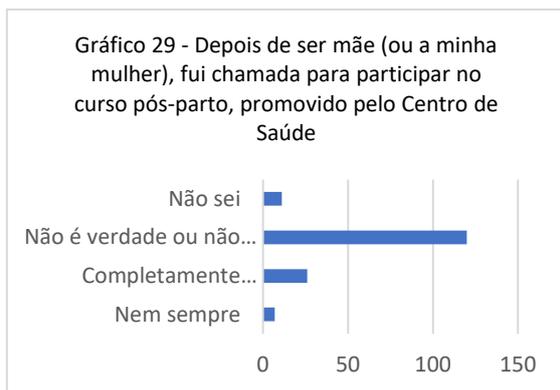
De facto, a maioria dos pais considera que as suas crianças deveriam ter mais tempo livre para brincarem depois da escola, assim como os mesmos deveriam ter mais tempo para passar com os seus filhos no final do dia. Existe uma falta de tempo de ambas as partes, mesmo ao fim-de-semana, sendo que afirmam não ter tempo para fazer tudo o que queriam, sentindo-se apressados nas suas rotinas de dia-a-dia.



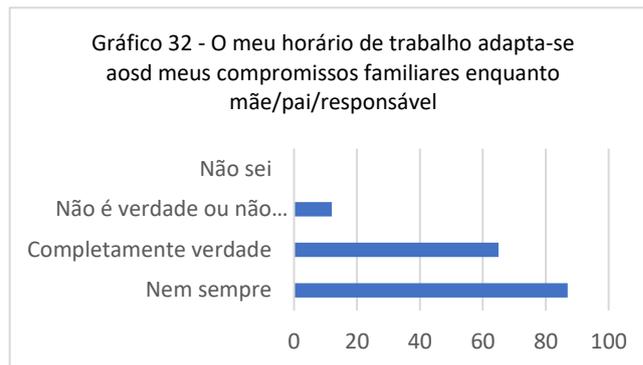
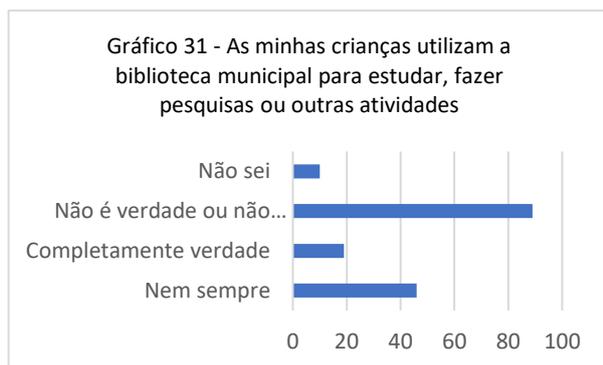
Quando questionados acerca de ter em consideração a opinião dos filhos relativamente ao que gostariam de fazer no fim-de-semana, afirmam não o fazer. Assim, as crianças não são ouvidas em relação aos tempos livres em família. Para além disso, grande parte dos pais inquiridos não tem conhecimento da existência do Conselho Municipal de Jovens, assim como afirmam que as crianças e jovens não participam no mesmo, apesar da sua existência no concelho.



Verificou-se que, na opinião dos pais, as crianças e jovens não têm o hábito de se deslocarem para a escola a pé ou de bicicleta. Em relação à alimentação, consomem doces ou alimentos menos saudáveis mais vezes do que o que deviam, e não apenas em situações excecionais.



Relativamente aos cursos de preparação para o parto e pós-parto, promovidos pelo Centro de Saúde, a maioria dos pais relatou não ter sido chamado para frequentar os mesmos. Além disso, a grande maioria dos pais não ficou em casa com os filhos até aos 2/3 anos de idade.



De acordo com os inquiridos, verificou-se que as crianças não utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades.

Por fim, também o horário de trabalho foi considerado um entrave, não se adaptando aos compromissos familiares da maioria dos pais inquiridos, impedindo os mesmos de dedicar aos seus filhos o tempo que gostariam.

9.3 Questionário às Entidades com competência em Matéria de Infância e Juventude

No que concerne aos questionários administrados às entidades com competência em matéria de infância e juventude, seleccionámos algumas questões cujas respostas se salientaram:

Gráfico 33 - Todas as crianças conhecem as regras da instituição



Gráfico 34 - As crianças têm oportunidade para dar a sua opinião sobre as atividades e estas podem ser organizadas e implementadas pelas crianças

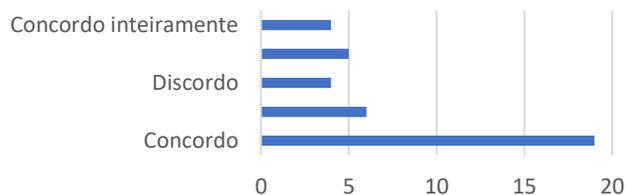


Gráfico 35 - As crianças participam nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito

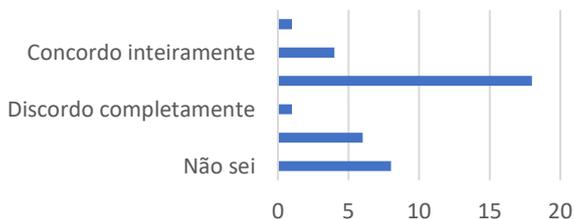


Gráfico 36 - "A instituição tem mecanismos de avaliação da satisfação dos serviços dirigidos às crianças



Gráfico 37 - A instituição promove regularmente ações dirigidas a pais e/ou mães que contribuem para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva

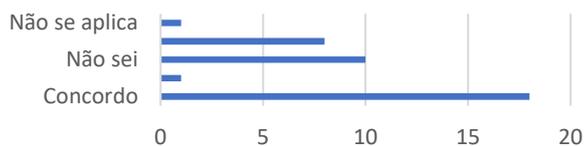


Gráfico 38 - Há uma verificação do historial das/os profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo do pessoal administrativo

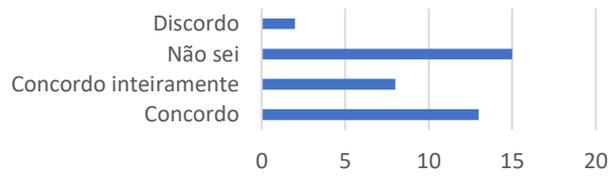


Gráfico 39 - "Todo o pessoal tem conhecimento da Política de Proteção das Crianças e Jovens"



Gráfico 40 - "O recrutamento de pessoal é feito de acordo com os princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos"

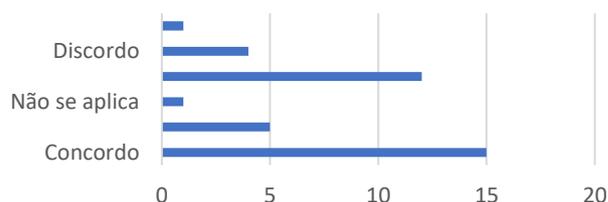


Gráfico 41 - "A instituição tem um Código de Conduta para profissionais, pessoas voluntárias e membros de Órgãos Sociais"

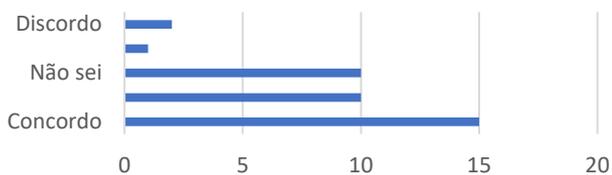


Gráfico 42 - "A instituição garante um procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível a todas crianças/jovens"



Através das respostas a estas questões é possível perceber que as entidades consideram que as instituições têm um bom funcionamento: tem códigos de conduta, cuidados especiais a nível do recrutamento e mecanismos de avaliação de satisfação com os serviços.

Para além disso, a criança/jovem tem uma voz ativa nos procedimentos da instituição: participam nos processos de tomada de decisão em questões que as implicam, têm liberdade de opinião sobre as atividades de que vão fazer parte e têm acesso à apresentação de denúncia ou queixa.

Assim sendo, de um modo geral, os entrevistados consideram que há uma boa atuação por parte das entidades.



10 Plano de ação 2023 a 2025

Eixo 1 - Divulgação da CPCJ				
OBJETIVOS	AÇÃO/ATIVIDADE	PÚBLICO-ALVO	PARCEIROS/EQUIPA	RECURSOS MATERIAIS
Sensibilizar a comunidade para a importância do papel das CPCJ na promoção dos direitos das crianças	Atualização/monitorização da página de Facebook	Entidades com competência em matéria de infância e juventude	CPCJ	Folhetos
Aproximação da CPCJ à comunidade;	Divulgação de legislação relacionada com a temática;	e	Entidades com competência em matéria de infância e juventude	Roll-up
Promoção de uma sinalização/intervenção precoce	Elaboração de materiais de sensibilização de áreas/temáticas relacionadas com a intervenção com crianças e jovens	Comunidade		Cartazes
	Comemoração do aniversário da CPCJ		Elementos da Comissão Alargada	
	Comemoração do aniversário da Convenção e da declaração dos direitos da criança.	Comunidade		
	Seminário			
Promover o <i>direito a brincar</i>	Realização de atividades lúdicas de promoção de competências pessoais e sociais das crianças, recorrendo a jogos tradicionais infantis (peão, macaca, saltar à corda).	Crianças 1º Ciclo	Elementos da Comissão Alargada	Materiais necessários para a elaboração dos brinquedos

Eixo 2 – Promoção dos direitos das crianças/Prevenção de situações de risco/perigo

OBJETIVOS	AÇÃO/ATIVIDADE	PÚBLICO-ALVO	EQUIPA	RECURSOS MATERIAIS
Promover dos direitos das crianças	Apresentação do Relatório Anual de Atividades da CPCJ	Assembleia Municipal/ Rede Social;	Elementos da Comissão Alargada	Projeter multimédia e portátil
	Comemoração do Dia Mundial da Criança – integrado nas comemorações municipais	Crianças e Jovens da comunidade	CPCJ, CMA	A definir de acordo com as atividades
Prevenir situações de risco/perigo	Desenvolvimento de ações locais no mês da prevenção dos maus-tratos (abril) - Realização de ações de sensibilização - Realização do laço humano	Comunidade em geral	CPCJ, Associações juvenis, Agrupamentos de Escolas e IPSS ´s	Materiais fornecidos pela comissão nacional
Envolver a comunidade na proteção da criança	Realização do jogo da glória (humano)	Alunos dos Agrupamentos de Escolas e IPSS ´s	CPCJ, Agrupamentos de Escolas e IPSS ´s	Jogo da glória da CPCJ
Envolver a escola na proteção da criança	Colaboração e articulação com o projeto de combate ao abandono e insucesso escolar da ESA, nomeadamente na ação C@pacita +	Alunos do Agrupamento de Escolas de Arouca	Agrupamento de Escolas de Arouca; CMA; CPCJ	



Eixo 3 -Dinamização da Comissão Alargada

OBJETIVOS	AÇÃO/ATIVIDADE	PÚBLICO-ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS MATERIAIS
Proporcionar momentos de reflexão/discussão entre todos os elementos da CPCJ;	Realização das reuniões mensais da Comissão Alargada e reuniões temáticas de acordo com as necessidades identificadas	Membros da Alargada	Membros da Comissão Alargada	A definir
Monitorizar e realizar uma avaliação contínua do diagnóstico local da promoção e proteção de Crianças e jovens e do respetivo plano de ação	Realização de fóruns de discussão e <i>focus groups</i>	Comunidade em geral; Comissários da CPCJ	Membros da Comissão Alargada; IPSS 's e Associações	A definir



Eixo 4 – Capacitação da CPCJ

OBJETIVOS	AÇÃO/ATIVIDADE	PÚBLICO-ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS MATERIAIS
Capacitar/Melhorar a intervenção técnica	Participação em formação promovida pela Comissão Nacional Participação reuniões/partilhas de boas práticas interconcelhias Participação no encontro anual das CPCJ Reuniões da CPCJ na modalidade alargada temáticas (de acordo com as necessidades sentidas)	Todos os Elementos da CPCJ Dois elementos da CPCJ – a definir A definir de acordo com critérios de inscrição Todos os Elementos da CPCJ	Todos os elementos da CPCJ	Transporte



Eixo 5 - Promoção e Proteção

OBJETIVOS	AÇÃO/ATIVIDADE	PÚBLICO-ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS MATERIAIS
Intervir em situações de perigo	Acompanhamento de processos de promoção e proteção Discussão em reuniões de equipa (reunião restrita) Articulação com parceiros estratégicos, de acordo com as necessidades de cada criança/jovem	Crianças e jovens sinalizadas	Elementos da comissão restrita	

Eixo 6 – Parentalidade Positiva				
OBJETIVOS	AÇÃO/ATIVIDADE	PÚBLICO-ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS MATERIAIS
Promover a criação de uma resposta no âmbito da parentalidade positiva	Sensibilização das entidades com competência em matéria de infância e juventude para esta necessidade; Realizar atividades de promoção da parentalidade positiva junto das famílias.	Famílias; IPSS´s, associações juvenis, Agrupamentos de Escolas e associações de pais.	Elementos da CPCJ e elementos várias entidades envolvidas	Materiais/recursos cedidos pela Comissão Nacional e materiais da CPCJ de Arouca

Figura 11 - Plano de atividades



11 Conclusão

Para compreender uma criança temos de voltar ao país das memórias, reviver o que ficou para trás, habitar de novo medos de que nos esquecemos. Para a compreender temos de voltar a pele do avesso, reduzir a dimensão do corpo na medida inversa em que cresce o sentimento. Cada criança é uma história por contar. Para muitas crianças a sua história pode não terminar bem, e não viverem felizes para sempre. Este trabalho destina-se a essas crianças que vão cruzando o nosso caminho e a quem delas cuida; intervir junto das famílias na prevenção das situações de risco ou de perigo, para que todas as histórias tenham um final feliz.

12 Índice de Ilustrações

Tabela 1 – Evolução dos dados demográficos em Arouca e Portugal ¹	8
Tabela 2 – Taxas de retenção e desistência em 2019 (%)	22
Tabela 3 – Pontos fortes e pontos fracos do Agrupamento de Escolas de Arouca.....	25
Tabela 4 - Oportunidades e Ameaças do Agrupamento de Escolas de Arouca	26
Tabela 5 - Pontos fortes e pontos fracos do Agrupamento de Escolas de Escariz	27
Tabela 6 - Oportunidades e Ameaças do Agrupamento de Escolas de Escariz	28
Tabela 7 - Respostas dos elementos da modalidade restrita.....	39
Tabela 8 - Respostas dos elementos da modalidade alargada	40
Figura 1- Mapa de Enquadramento Geográfico do Concelho de Arouca ¹	6
Figura 2 - Situação de desemprego em Arouca em 2021	10
Figura 3 - População empregada no concelho de Arouca, por setor de atividade.....	11
Figura 4 N° de beneficiários do abono de família ²³	16
Figura 5 - Distribuição das freguesias/união de freguesias do concelho de Arouca pelos Agrupamentos Escolares	17
Figura 6 - Caraterização Processual em 2015	35
Figura 7 - Caracterização Processual em 2020.....	36
Figura 8 - Caraterização Processual em 2021	37
Figura 9 - Crianças/Jovens acompanhados por Escalão Etário/Sexo/Situação de Deficiência em 2021	38
Figura 10 - Resultados análise SWOT face ao desempenho da CPCJ de Arouca	41
Figura 11 - Plano de atividades	64
Gráfico 1 - Alunos inscritos no ensino pré-escolar, básico e secundário em Arouca	188
Gráfico 2 – Resultados de Arouca, em leitura, em comparação com as escolas do país do PISA, 2018	20
Gráfico 3 - Resultados de Arouca, em matemática, em comparação com as escolas do país do PISA, 2018	20
Gráfico 4 - Resultados de Arouca, em ciências, em comparação com as escolas do país do PISA, 2018	21
Gráfico 5 - "Eu sinto-me seguro(a) em casa"	Erro! Marcador não definido.
Gráfico 6 - "Nem o meu pai nem a minha mãe me batem" ..	Erro! Marcador não definido.
Gráfico 7 - "Nem o meu pai nem a minha mãe gritam comigo"	Erro! Marcador não definido.
Gráfico 8 - "Nem o meu pai, nem a minha mãe me batem" .	Erro! Marcador não definido.
Gráfico 9 - " Os meus pais conversam comigo quando faço coisas erradas"	50
Gráfico 10 - "Os meus pais conversam comigo no sentido de me fazer perceber a situação quando realizo ações menos corretas"	50

- Gráfico 11 - "Já passei por algum evento traumático na vida (acidentes, doença, problemas económicos, entre outros)" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 12 - "Passei por algum momento muito triste ou que me meteu muito medo" .**Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 13 - "Nunca outras crianças gozaram comigo" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 14 - "Nunca outras crianças me bateram fora da escola" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 15 - "Já tive uma situação onde outras/os jovens me bateram fora da escola" .**Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 16 - "Os meus pais sabem sempre onde estou e com quem estou" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 17 - "Tenho uma relação afetuosa com os meus pais (carinhos, beijos, abraços, entre outros)" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 18 - "Eu já tive contato com o sistema de proteção de crianças e jovens em risco" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 19 - "Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola" .. **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 20 - "Tenho aspirações/sonhos para o meu futuro" .**Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 21 - "Sinto-me uma criança/jovem feliz" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 22 - "Sou feliz" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 23 - "Eu sinto que depois da escola, ainda sobra tempo para as minhas crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu tempo livre" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 24 - "Depois da escola e do meu trabalho, ainda tenho tempo para brincar ou passar tempo com as minhas crianças" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 25 - "Eu costumo perguntar às minhas crianças o que gostariam de fazer no fim de semana" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 26 - "No município existe um Conselho Municipal de Jovens"..... **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 27 - "As minhas crianças costumam ir para a escola a pé ou de bicicleta sozinhos ou com os colegas" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 28 - "As minhas crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excecionais, como por exemplo festas de aniversário" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 29 - "Depois de ser mãe (ou a minha mulher), fui chamada para participar no curso pós-parto, promovido pelo Centro de Saúde" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 30 - "Eu fiz questão de ficar em casa com as minhas crianças até estes terem 2/3 anos de idade, porque considerei importante para o seu desenvolvimento e educação" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 31 - "As minhas crianças utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades" **Erro! Marcador não definido.**
- Gráfico 32 - "O meu horário de trabalho adapta-se aos meus compromissos familiares enquanto mãe/pai/responsável" **Erro! Marcador não definido.6**



Gráfico 33 - "Todas as crianças conhecem as regras da instituição" ... **Erro! Marcador não definido.**

Gráfico 34 - "As crianças têm oportunidade para dar a sua opinião sobre as atividades e estas podem ser organizadas e implementadas pelas crianças" **Erro! Marcador não definido.**

Gráfico 35 - "A instituição tem mecanismos de avaliação da satisfação dos serviços dirigidos às crianças" **Erro! Marcador não definido.**

Gráfico 36 - "As crianças participam nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito" **Erro! Marcador não definido.**

Gráfico 37 - "A instituição promove regularmente ações dirigidas a pais e/ou mães que contribuem para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva" **Erro! Marcador não definido.**

Gráfico 38 - "Há uma verificação do historial das/os profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo do pessoal administrativo" **Erro! Marcador não definido.**

Gráfico 39 - "Todo o pessoal tem conhecimento da Política de Proteção das Crianças e Jovens" 58

Gráfico 40 - "O recrutamento de pessoal é feito de acordo com os princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos" 58

Gráfico 41 - "A instituição garante um procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível a todas crianças/jovens" 58

Gráfico 42 - "A instituição tem um Código de Conduta para profissionais, pessoas voluntárias e membros de Órgãos Sociais" 58



13 Bibliografía

Projeto Educativo Agrupamento Escolas de Escariz

Projeto Educativo Agrupamento Escolas de Arouca

Projeto Pisa para as Escolas

Pastorelli, C., Lansford, J. E., Luengo Kanacri, B. P., Malone, P. S., Di Giunta, L., Bacchini, D., Bombi, A. S., Zelli, A., Miranda, M. C., Bornstein, M. H., Tapanya, S., Tirado L. M. U., Alampay, L. P., Al-Hassan, S. M., Chang, L., Deater-Deckard, K., Dodge, K. A., Oburu, P., Oburu, A. T., & Sorbring, E. (2016). Positive parenting and children's prosocial behavior in eight countries. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 57(7), pp. 824-834.

Sanders, M. R. (2019). Harnessing the Power of Positive Parenting to Promote Wellbeing of Children, Parents and Communities Over a Lifetime. *Behaviour Change*, 36(2), pp. 56-74.